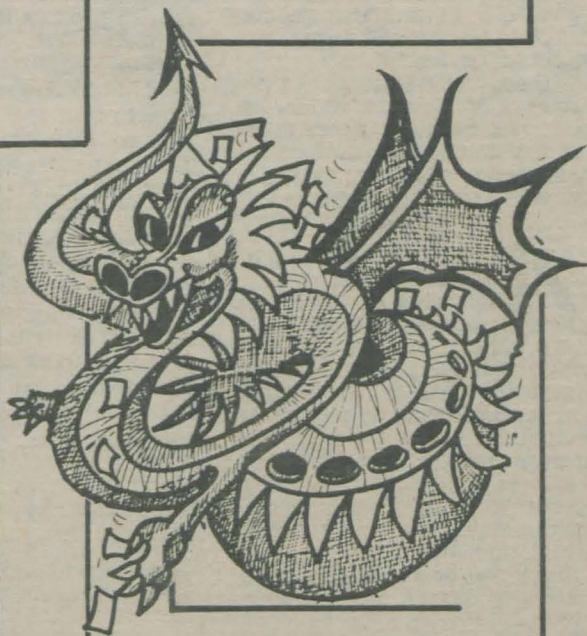
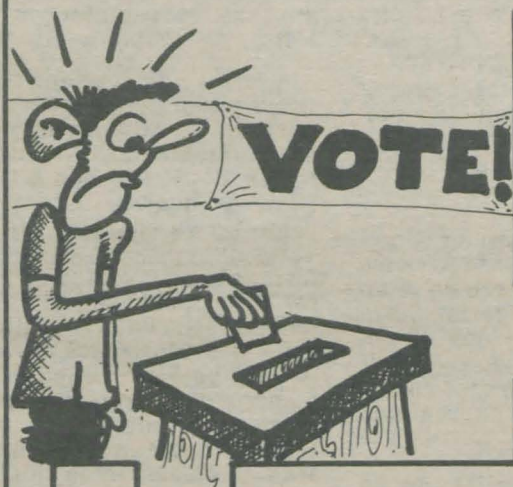


Campus

Jornal-laboratório do
Departamento de
Comunicação da UnB
Nº 74 - 2ª Quinzena
Maio de 1985

Tem um Colégio Eleitoral no meio do caminho da sucessão

Páginas 5, 6 e 7





Na mesa do pobre, iguarias de gourmet

Para comprovar o miserê do novo salário mínimo, do qual ninguém discorda, a reportagem do **CORREIO BRAZILIENSE** do dia 1º de maio resolveu ir ao um supermercado fazer um "rancho", que "ultrapassou Cr\$ 330 mil, sem somar outros produtos também considerados de primeira necessidade".

Só que, entre os produtos considerados de "primeira necessidade" pela equipe do **CORREIO** haviam artigos incomuns às vezes até na minha mesinha classe média como um queijo de dois quilos — Cr\$ 19.000; um salame tipo hamburger — Cr\$ 41.000 e um presunto — Cr\$ 71.000. No final,

afirma a reportagem, o dinheiro não deu "para computar a batata, o inhame e o cará e outros gêneros".

Continuando o festival de bobagens, a compra ainda inclui duas caixas de sabão em pó, como se algum operário que ganhe salário mínimo tivesse em casa máquina de lavar roupa.

Reportagens deste tipo, ao invés de comprovar o argumento desejado de que o salário mínimo é muito pouco, produzem um efeito totalmente contrário, expondo o jornal ao ridículo. Seria mais lógico soltar foguete pelo novo mínimo.

Rudolfo Lago

O Fleury ataca novamente

Censura, depredações, vandalismo e, às vezes, críticas. Apesar de tudo isso, o **Campim** sobreviveu. Sobreviveu e cresceu. Apesar de tudo isso, o **Campim** conseguiu completar seu primeiro ano de existência à custa de muita luta e perseverança para tocar o querido jornal mural e mantê-lo sempre presente na entrada do Departamento de Comunicação.

Conquista dos alunos da COM, que acreditaram no sucesso do tão polêmico veículo, o **Campim** ganhou, no último dia 7, uma grande festa em comemoração ao seu primeiro aniversário, com bolo, doces, língua-de-sogra, vinho e chapéuzinho de papel. Ganhou até foto oficial. E em suas duas verdes páginas feltro foram afixadas que fizeram este um ano de história do **Campim**. Mas, em uma triste manhã, a Comunicação acordou surpresa. Todo o material da retrospectiva do nosso jornal-mural havia desaparecido! O **Fleury da COM** atacara novamente (esta não foi a primeira vez que tal desmando aconteceu). Mas, de qualquer forma, fica registrado um recado:

— O seu Chico Buarque, vê nos arquivos da Censura se não esqueceram nenhum de seus agentes aqui no Departamento de Comunicação, tá legal?... (Vinicius Dória)

★★★

A Fotografia no Campus está conseguindo firmar seu espaço? Boa pergunta. Nossa pequena equipe — Luiza, editora; Jeová Xangô, nosso ilustre laboratorista e dois fotógrafos — tenta, de todas as maneiras, até fazendo o milagre de multiplicar filmes e papéis fotográficos, mostrar aos repórteres e leitores que a fotografia não é apenas ilustração da matéria, mas sim tão importante quanto o texto jornalístico.

Se já não bastasse a falta de materiais básicos de trabalho, agora, até a água sumiu de nosso laboratório. Incrível, água, o elemento mais encontrado na superfície do nosso planeta, já não se encontra mais em nossas "espaçosas" dependências. O respeito ao trabalho do jornalista é essencial dentro de um jornal. Então, se não for incômodo: **DEIXEM-NOS TRABALHAR!** (Nicolau El-Moor)



A reunião dos formandos 1º/85, da COM, parece mais um programa humorístico. O pessoal, definitivamente, parece que tem minhoca na cabeça. Já saiu de tudo: formatura com roupa de banho, becas com cores variadas, churrascos no Parque da Cidade, discurso na língua árabe, missa campal (no teatro de arena), desfile na Esplanada, festa à fantasia, terno e longo para a colação, etc., etc., etc. Só falta mesmo é convidar o Azevedo para paraninfo e tocar o hino do Corintias depois do Nacional. E, certamente, propostas como essas aparecerão. Aguardem o próximo capítulo (Carlos Augusto de Amorim Dutra).

O CA de Engenharia Mecânica da UnB realizou, em duas semanas, algo inédito da universidade; um curso de mecânica de automóveis para mulheres que, por sinal, foi um sucesso. Segundo o professor Renato, "logo, logo vai pintar um novo curso para as próximas interessadas". Aos garotões que mexem com mecânica fica só um conselho: vocês que se cuidem porque agora as mulheres estão querendo, também, um espaço dentro das oficinas. E vão conseguir! (Nara Ferreira)

MEIO

Estatal ou comercial?

Ivan Brascan

Para se ter uma idéia do espírito puramente mercantilista com o qual é gerido uma emissora de rádio OM e principalmente FM, relato um trecho da entrevista feita pela revista **Nova Eletrônica**, do Presidente da Associação das Emissoras de São Paulo (AESP), Edmundo Monteiro, antigo diretor da extinta rede dos Diários Associados. Este depoimento confrontado com o trecho de Jean Cazeneuve, relatado a seguir, lança polêmica sobre o conteúdo de uma emissora de caráter comercial, e ou de uma emis-

sora subordinada ao Estado.

"...a consequência positiva da reestruturação, ou melhor, da distribuição de canais FM é que se passou a haver mais concorrência, e a concorrência aprimora o produto. Se nós tivéssemos um sistema de radiodifusão igual à do europeu teríamos um péssimo sistema de rádio."

No intuito de se opor às declarações do Presidente da AESP, vejamos o que constata o especialista francês em comunicação, Jean Cazeneuve, em seu livro

Sociologie de la radio television.

"Em um país onde o Estado exerce o monopólio de difusão (a França por exemplo) o desenvolvimento do número de emissoras é muito mais lento que nos países de onde existe iniciativa privada e a livre concorrência de estações emissoras tendo como base a publicidade. No entanto, no caso das estações comerciais, a qualidade das emissões e sobretudo o seu valor cultural e artístico são esquecidos para agradar um público maior, homogêneo, uniforme, inculto e influenciável".

ESPAÇO

Nova República abre espaço para o negro

Edna Cristina

Dia 13 de maio se "come-mora" a Abolição da escravidão. A lei Aurea (abolição da escravidão), a Lei Afonso Arinos (considera o racismo contravenção) são instrumentos superficiais que reforçam cada vez mais o racismo na sociedade brasileira, e assim a história oficial vai desempenhando o seu papel. Porém nem tudo está perdido. Os movimentos e entidades negras nacionais se recusam a "comemorar" o dia 13, já que 20 de novembro, dia da morte do Zumbi dos Palmares tem maior representatividade, legitimidade e valor histórico para a comunidade negra.

O Brasil tem a maior comunidade negra fora da África e é o maior país negro do mundo depois da Nigéria. Seria então inaceitável que os negros deste país não tivessem voz. Em relação a esse aspecto a República parece que tem se mostrado "nova". Vejamos.

Pelo Projeto de Resolução nº 172 do Deputado Abdias Nascimento foi criado neste ano, na Câmara dos Deputados, a Comissão do Negro, que terá vigência até 88. De acordo com o artigo 2º da Resolução, à Comissão do Negro compete pesquisar, investigar e documentar a situação em que se encontra a comunidade Afro-Brasileira no que diz respeito às suas condições de emprego, moradia, saúde, renda, alimentação e outros aspectos. No Ministério da Cultura foi criada a Assesso-

ria para Assuntos Afro-Brasileiros que tem como Assessor o advogado Carlos Moura. As primeiras atividades a serem executadas pela Assessoria seriam mapear os ciclos históricos negros que existiram no Brasil; trabalhar na concretização do Memorial Zumbi, na Serra da Barriga em Alagoas e manter um estreito relacionamento com as representações dos Países Africanos no Brasil.

A luta contra qualquer tipo de discriminação tem que partir primordialmente e essencialmente do segmento interessado. E isto não é fácil. Para os negros, assumir-se como tal se constitui muitas vezes num processo de transformação psicológica e cultural árduo, pois para quem viu todos os seus valores diminuídos e desvalorizados durante séculos pela classe dominante, não é de repente que vai se sentir à vontade para recuperar seu espaço na sociedade. Mas as coisas estão mudando. Já existem espalhadas por todo o Brasil várias entidades e movimentos negros que procuram brigar pelos seus direitos.

Vale a pena lembrar para a "Nova República" que não se aceitará a mesma atitude de cumplicidade com a mentira e os falsos valores que sempre existiram em relação ao racismo. Somente questionando a inexistente "democracia racial" brasileira é que poderemos resolver o problema sem paternalismo.

Campus

Jornal-laboratório do Departamento de Comunicação da UnB

Editor Geral: Prof. Carlos Augusto Setti

Chefe de Reportagem: Luiz Gonzaga Motta

Editora de Arte: Profª Maria Rita Leal

Editora de Fotografia: Profª Luiza Venturelli

Editores: José Murilo Milhomem e Wilfrida Natali (UnB); Ana Cristina

Batista, Carmen Simaan e Kátia dos Santos (Comunidade); Luciano Suassuna

e Ulisses Lacava (Nacional); Adalberto Passos (Internacional); Edna

Cristina, Mônica Ferreira e Rosane Carneiro (Cultura);

Afonso Cozzolino, Carlos Augusto Dutra, Car-

men Montenegro e Rejane Pretti (Ciência); Edna

Cristina (Opinião).

Repórteres: Alessandro Galvão; Ana Paulo Araripe;

Ana Paula de Souza; Amneres Pereira; Carlos

André de Freitas; Catarina Guerra; Cláudia Rangel;

Cláudia Ferreira; Cyntia Rosa; Eliamara Rocha;

Fabrizio Marques, Flávio Silveira; Ida Pietricovsky;

Idhelene Macedo; Ivan Brscan; Joyce Russi;

Juarez Libaino; Maria Aparecida de Oliveira; Marina

Godoi; Mario César Rosa; Nara do Carmo Fer-

reira; Nicolau El-Moor; Nina Cláudia Vale;

Rosani Aparecida Frutuoso; Rudolfo Lago; Suzanne So-

bral; Vinicius Zambrotti Dória; Zeila de Freitas Sil-

va.

Diagramação: Catarina Guerra

Fotografia: Nicolau El-Moor e Ulisses Lacava

Laboratorista: Jeová Xangô

Ilustrações: Flávio Silveira, Edson e Jairo César Bandeira

Futebol x TV: uma briga antiga

Torcida organizada e transmissões dos jogos locais pelo rádio, são hábitos poucos frequentes em uma cidade como Brasília, que não possui uma tradição formada com relação a esportes populares. Com o intuito de criar uma nova postura em relação ao esporte brasileiro, o **Brasília Esporte Clube** realizou, neste Campeonato Nacional, a sua melhor campanha nos seus dez anos de existência.

A idéia inicial de se montar este clube de futebol nasceu na Associação Comercial, no ano de 1975. José da Silva Neto, presidente da Associação naquela época foi o "cabeça" da idéia, e se tornou presidente do Conselho Deliberativo do clube. Apesar das dificuldades, o time foi ocupando

seu espaço na cidade, conquistando sete Campeonatos Regionais e tendo participado de quatro Taças de Ouro.

Hoje o clube mantém, além do time profissional, equipes de júniores, juvenis e "petits", como também um time de handebol e uma equipe de atletismo. Por não possuir uma sede recreativa própria, essas modalidades de esporte são desenvolvidas nos três núcleos mantidos pelo Brasília: um no Guará, um em Sobradinho e um na entre-quadra 104/105 Sul. O time profissional tem o estádio Peleção a sua disposição, alocado ao Governo do Distrito Federal.



Após a breve atuação na Taça de Ouro, o Brasília se prepara para o Campeonato Regional

DIFICULDADES

A princípio, as maiores dificuldades estão na parte financeira. Sem contar com apoio oficial, o time sobrevive principalmente da venda de placas estáticas (placas de publicidade que ficam no campo), do patrocínio da CODIPE, empresa do ramo de automóveis, e de uma pequena participação na Loteria Esportiva. Só que esta participação é proporcional à renda obtida nos jogos, o que no caso do futebol brasileiro resulta numa quantia irrisória para cada time. A Federação Metropolitana de Futebol, também deficitária, não pode ajudar muito e, no âmbito na-

cional, a CBF entra com as passagens e a estada durante os jogos "fora de casa". Com tantos problemas financeiros, o Brasília só pode adquirir novos jogadores através de empréstimos com prazo determinado. Em decorrência disto, torna-se difícil a manutenção de uma equipe estabilizada já que frequentemente é necessária a venda de um bom atleta para cobrir o déficit de um determinado período.

Segundo o presidente do clube, Wagner Marques, o maior inimigo do futebol brasileiro não são as dificuldades financeiras. Considerando Brasília como o "celeiro do futebol do Brasil", ele

aponta o televisionamento dos jogos do Rio e São Paulo nos mesmos horários em que são realizadas as partidas regionais como o grande responsável pela evasão da torcida e pelo desinteresse do público em relação ao futebol candango. Wagner Marques fala na "intromissão da televisão no meio esportivo", e conta com a sensibilidade das autoridades para, além de resolver o problema da participação na Loteria, acabar com a transmissão dos jogos ao vivo nas tardes de domingo, para que se possa criar uma tradição de futebol na cidade e incentivar a organização de torcidas que, segundo ele, "criam no jogador a obrigação de se apresentar bem".

UNIÃO

O ponta-esquerda César, recém-contratado, concorda com o presidente do clube, afirmando ser o televisionamento dos jogos de fora o grande empecilho para a ascensão do futebol de Brasília. Apesar de considerar satisfatória a cobertura dada pelos meios de comunicação ao futebol brasileiro, ele acha que a falta de estímulo que a transmissão dos jogos traz prejudica as campanhas dos times da cidade. César afirma que a recente performance do time, que fez 23 pontos nos 22 jogos disputados, foi resultado da união e seriedade dos 28 jogadores, comandados pelo técnico Jorge Medina. O salário de um jogador do Brasília é considerado razoável pelo ponta-esquerda, que revela que o objetivo de qualquer jogador da cidade é ter seu trabalho visto por técnicos de fora, principalmente

do Rio e São Paulo. Isso gera uma espécie de "competição" no time, que segundo o jogador, estimula o rendimento do grupo.

Depois da breve atuação no Campeonato Nacional, o Brasília Esporte Clube treina intensivamente para o Campeonato Regional, que tem início em julho. Diariamente a torcida comparece aos treinos, estimulada com o quinto lugar conseguido pelo time em sua chave na primeira fase no Campeonato Nacional. A diretoria atual, que comanda a equipe até julho próximo, tem procurado adequar os novos atletas ao grupo e mantê-lo estabilizado. "Agora só falta o povo ir ao estádio". (Ana Paula Macedo e Cláudio Ferreira)

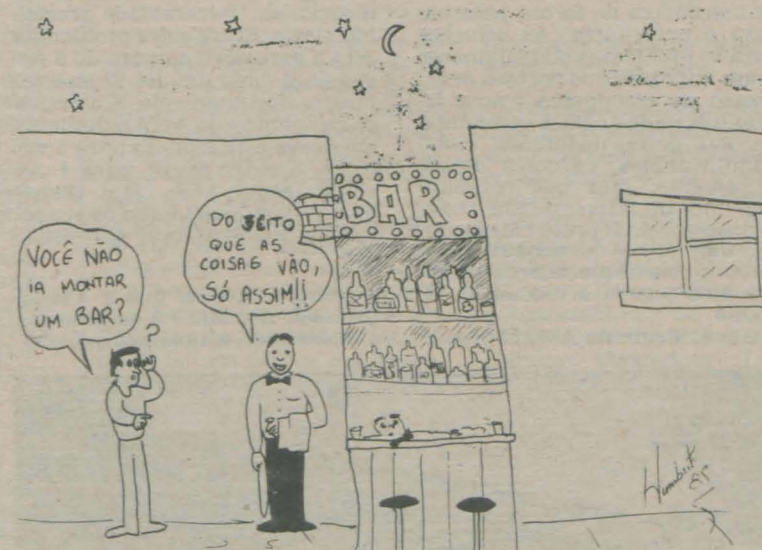
Projeto propõe: "É proibido usar as esquinas da cidade"

O que você acha de, ao invés de tomar sua cervejinha gelada sob um céu estrelado, curtindo a lua com seu broto, ficar espremido em uma mesa como se estivesse em pleno Grande Circular ao meio-dia? Essa cena poderá tornar-se rotina para o brasileiro caso seja aprovado o Projeto de Lei do líder do PTB, senador Nelson Carneiro, que estabelece uma taxa por ocupação imprópria dos estabelecimentos comerciais.

Com essa medida, muitos bares, restaurantes e lanchonetes que ultrapassam o espaço a que têm direito terão que pagar uma taxa de 4 ORTNs (Cr\$ 136.664) por metro quadrado. De acordo com o Projeto, tal ocupação tem sido feita de maneira irregular e abusiva, prejudicando o plano urbanístico da cidade sem que o GDF tome qualquer providência a respeito.

Para Francisco Marinho, dono do Beirute, na 109 Sul, "Brasília sempre foi uma cidade funcional, pouco voltada para o lazer. Os bares e restaurantes tornaram-se a maior opção para os brasilienses, principalmente nos finais de semana". Na sua opinião a medida é absurda, já que atingiria aos comerciantes em geral, que teriam de optar entre diminuir o espaço e consequentemente reduzir a freguesia ou arcar com a multa, repassando seus custos ao consumidor. Este seria o caso do Beirute, que não pretende diminuir seu espaço. Uma medida a ser tomada por Francisco Marinho será a de diminuir o quadro de empregados e aumentar os preços, o que por outro lado poderá levar a uma diminuição do movimento.

"Se a população prevista para Brasília era de aproximadamente 500 mil habitantes e hoje ultrapassa a faixa de um mi-



lhão, por que cobrar dessa população espaços delimitados em nome do projeto inicial da cidade?" Essa foi a indagação da estudante, Marília Chaves, que mostrou-se totalmente contra o Projeto de Lei e ressaltou que "os parlamentares deveriam se preocupar com problemas que realmente afligem a comunidade brasileira, como por exemplo, os menores abandonados, as diversas invasões, a violência, os transportes, a

saúde entre outros. No entanto há modificações não previstas no plano urbanístico inicial de Brasília que nunca foram questionadas ou mencionadas, como é o caso da Telebrasil que invade a área verde da 113 Sul".

DÚVIDAS

Outros estabelecimentos como oficinas mecânicas que ocupam espaços públicos ou bares que colocam mesas nas calça-

das somente durante o dia também sofreriam essa multa? De que forma ela seria cobrada, mensalmente, semestralmente ou anualmente? Esses são alguns pontos obscuros do Projeto e que tem preocupado os proprietários em geral, como é o caso de Geraldo Sobral, um dos sócios da Choparia Moínho, na 114 Sul. "Essa multa seria economicamente inviável; no nosso caso a área "invadida" é de aproximadamente 300m² e a taxa equivaleria a doze vezes o aluguel do prédio". Segundo Sobral, "os proprietários devem se unir e lutar pelo direito adquirido e regulamentado de ocupar as esquinas de Brasília, a exemplo de outras cidades brasileiras. Brasília certamente perderia um dos seus principais pontos de integração, já que os bares sempre deram um caráter mais humano à cidade, considerada por muitos como fria e despojada de atrativos turísticos". Hélio Ribeiro, um dos sócios do Mandacaru também não aceita de forma alguma tal Projeto. "Já que todos estão invadindo as áreas verdes, por que uma lei que vai contra somente os estabelecimentos ligados ao lazer? Isso não é justo". (Ana Cristina Marques, Kátia Vieira e Idhelene Macedo)

DENÚNCIA

UnB não permite mordomias à Azevedo

Caso se tratasse de um administrador normal, o ex-reitor da Universidade de Brasília, José Carlos Azevedo, ao final de seu mandato, passaria seu cargo e iria tratar de seus interesses particulares, considerando seu período à frente da Universidade como uma boa, ou má, recordação. Ao contrário disso, no entanto, Azevedo tratou de criar artifícios para continuar ainda se beneficiando de seus privilégios de reitor.

Em primeiro lugar, tratou de rever sua condição de professor da Universidade. Segundo o atual reitor, Luís Otávio de Souza Carmo, não se tratou de uma contratação, conforme se imaginava anteriormente. Na verdade, Azevedo já era professor da UnB desde 1968, quando foi contratado por tempo determinado. Ao final do prazo, Azevedo permaneceu na UnB, fazendo com que, desta forma, seu contrato passasse automaticamente a ser por tempo indeterminado.

IRREGULARIDADE

O problema não se encontrava aí. A irregularidade de tudo é que Azevedo, ao invés

de voltar ao seu departamento, o de Física, lotou-se na SOC (Seção de Órgãos Colegiados). A essa Seção, explica o reitor Luís Otávio, cabem funções de apoio administrativo e, de forma nenhuma, agregar professores, função que cabe meramente aos departamentos. Lotando-se nesta Seção, o professor recebe sem lecionar e ainda rouba ao Departamento uma vaga que poderia estar preenchida por um professor que desse aulas efetivamente. Por essa razão, a Reitoria já tomou providências para realocar os professores lotados na SOC (sete ao todo) em seus respectivos departamentos. Inclusive Azevedo e o ex-Vice-Reitor, Marco Antonio Dias. Como Azevedo, no entanto, já pediu sua demissão para assim que terminar suas férias, o Departamento de Física disporá de mais uma vaga.

FÉRIAS

Mas é justamente em suas férias que está o segundo ponto de divergência entre Azevedo e a nova administração. Pela interpretação de Azevedo o período que a Universidade lhe deve em férias e licenças sabáticas remonta a

quatro anos. É o próprio Luís Otávio quem explica o absurdo desta pretensão: "O servidor trabalha um ano para poder gozar suas férias. Depois, há o chamado período de gozo. Adquirido o direito ao gozo de férias, o servidor tem três anos para gozar essas férias. Vencido este período, as férias estão prescritas". Desta forma, Azevedo está procurando beneficiar-se de férias que há muito não tem mais direito. Até porque nada o impedia, explica Luís Otávio, de tirar férias. "Se ele se indisponha com seus vice-reitores, a ponto de colocá-los em férias compulsórias, ele tinha um outro sucessor regimental, que é o Decano mais antigo".

Por essa razão, a administração decidiu que ele só gozaria férias ainda não prescritas, o que corresponde ainda a três períodos, ou 135 dias, mais um ano de licença sabática e mais noventa dias de licença. Ou seja, Azevedo dispõe de um ano e sete meses de descanso para recuperar-se de seu cansativo período na Reitoria da UnB.

E acha pouco, o ex-reitor mandou um ofício à administração da Universidade dizendo que era praxe da UnB pagar férias vencidas em di-

nheiro ou permitir que o servidor as tirasse. Mesmo que houvesse esse costume, o que não é verdade - a única exceção corresponde ao reitor Amadeu Cury, que recebeu férias vencidas em dinheiro, em parecer assinado pelo então vice-reitor José Carlos Azevedo - seria uma rotina completamente ilegal. Azevedo alega que a decisão de lhe dar quatro anos de férias foi aprovada pelo Conselho Diretor. Na verdade, o que ocorreu foi apenas uma comunicação de Azevedo, já que nem ao menos compete ao Conselho Diretor aprovar férias de reitor.

APARTAMENTO FUNCIONAL

Quanto à questão do apartamento funcional, ela já foi mencionada na edição anterior na coluna Espaço. Como se sabe, Azevedo decidiu manter-se no apartamento que a FUB lhe pagava mesmo depois de terminado seu mandato. Luís Otávio nos informa que a UnB não paga o aluguel do apartamento desde o dia 12, de modo que, se Azevedo ainda se encontra lá, é por suas próprias custas. (Rudolfo Lago)

Uma nova proposta para o cinema

"Durante um bom tempo se correu o risco de copiar o chamado cinema. O risco que o cinema brasileiro corre hoje é o de não copiar nada, de se transformar em nada". Esta declaração marcou a passagem pela UnB do cineasta e ex-diplomata Jom Tob Azulay, na terça-feira, dia 7. Diretor e produtor de filmes como Os doces bárbaros, e Corações a mil, Azulay veio acompanhado pelo também cineasta e diplomata Edgar Teles Ribeiro, que foi professor do Departamento de Comunicação da UnB, de 1978 a 1982.

Conversando com uma platéia quase toda de estudantes de comunicação, em uma sala de aula superlotada, os cineastas discutiram o caos que vive o cinema brasileiro e suas perspectivas, ou talvez, a falta delas. Azulay afirmou que a solução para o cinema brasileiro, é encontrar um modelo específico em termos de consumo. Segundo o cineasta, os filmes brasileiros padecem de um mal mais decisivo que os problemas de linguagem ou de produção: o público não os assiste. Para Azulay, a saída seria elaborar um novo projeto cinematográfico onde os filmes se dirigissem a camadas específicas da população e fossem amplamente vistos por estas camadas. "O importante é abandonar os vícios de culturalismo e ter humildade pra se fazer o melhor cinema possível". O que vale é que o público possa ver o filme".

Ainda foram discutidas questões como a produção de vídeo e o espaço que a televisão tomou do cinema, mas acabou recaído na linguagem simples do filme A Marvada Carne, exibido no dia anterior no Cine Brasília. No final ficaram mais dúvidas que conclusões. (Fabrício Marques)

Decano quer mais participação da comunidade

"Aquilo lá é um lado negativo da nossa comunidade e resultado de uma política universitária não condizente com a nova realidade". A declaração sobre a precária situação do Alojamento Estudantil da UnB, no Centro Olímpico, é do decano de Assuntos Comunitários, Professor ELBIO GONZALES. Segundo ele, a situação do alojamento é insuportável, é um local indigno de se viver e soluções devem ser encontradas o mais rápido possível. Para isso, pediu ajuda a AMAE - Associação dos Moradores do Alojamento Estudantil - que deve encaminhar uma lista de reivindicações e sugestões para discussão com o DAC.

Criado para atender a estudantes carentes sem moradia, o Alojamento Estudantil se encontra hoje, esquecido pela direção da Universidade, isolado do restante do Campus Universitário e marginalizado no tratamento que a direção da UnB dá às suas dependências. O acesso que liga o Centro Olímpico à Universidade é mal iluminado, não há pontos de ônibus e os jardins são maltratados. Lá dentro, o lixo que não é recolhido e aos domingos fica nos corredores; os apartamentos são superlotados, as vagas mal distribuídas; há habitantes clandestinos e, segundo o Prof^o Elbio, um zelador ocupa um dos apartamentos indevidamente.

Conforme o presidente da AMAE, Cláudio César Soares, estudante de Relações Internacionais, a falta de diálogo entre os

moradores e o DAC na longa gestão da reitoria passada provocou esta situação. O Decano tratava os moradores de forma paternalista e autoritária. As soluções para os problemas do alojamento eram impostas e as normas de ingresso de estudantes nunca foram discutidas com a comunidade. Isto gerou distorções, como admitir alunos "carentes" financeiramente, mas que residiam próximos da Universidade. Diante disto a AMAE pretende organizar um fórum de debates para discutir com os moradores um regulamento para o uso do alojamento.

O presidente da AMAE propõe

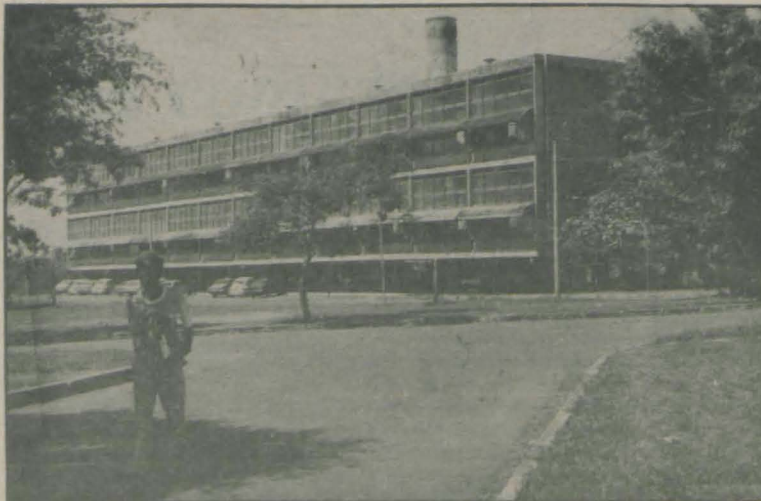
um sistema de autogestão, onde os moradores discutam e resolvam seus problemas sem que a direção da Universidade precise interferir. Entre estes problemas está o excessivo número de 6 vagas para cada um dos 92 apartamentos do alojamento. E objetivo do Decanato e da AMAE diminuir em breve este número para 5 vagas e, a longo prazo, para 4. As vagas estão hoje, mal distribuídas com apartamentos superlotados e outros mal aproveitados.

Outro problema que a AMAE pretende discutir é a questão dos clandestinos, estudantes que resi-

dem no alojamento sem ter recebido a vaga. Para o problema, não há solução a curto prazo, pois a AMAE, pretende discutir profundamente a questão do direito de ocupação e, não simplesmente, expulsar os clandestinos. Isto deverá ser normatizado pelo futuro Estatuto da UnB.

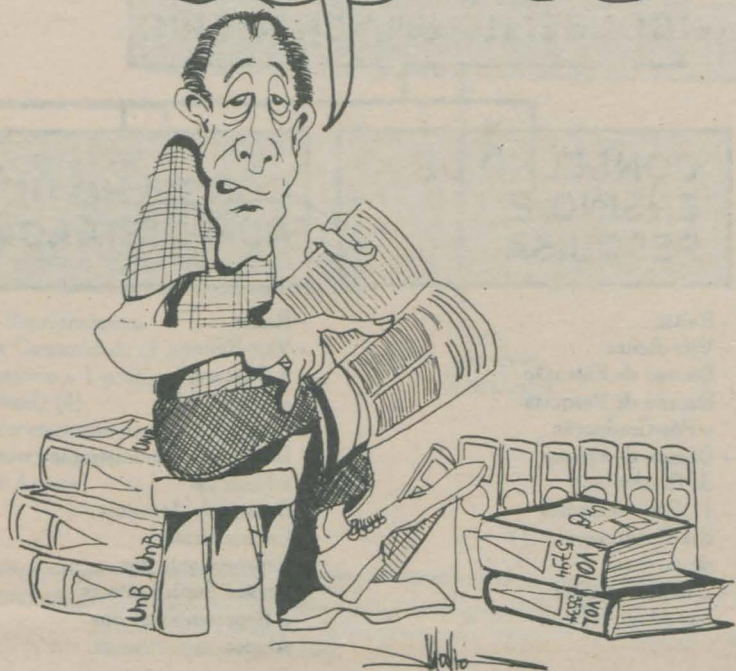
Uma questão importante que também deve ser estabelecida é a da prioridade na concessão de vagas no alojamento aos estudantes. Segundo o presidente da Associação dos Moradores, o direito de morar no CO deve ser dado em 1º lugar a alunos que não moram em Brasília. Depois, a estudantes que residam em áreas distantes

Ulisses Lacava



Duas imagens que se contrastam: Campus e CO. Um bem cuidado e o outro maltratado.

Segundo a Lei nº 4357, § 356º, artigo 54, item 97, eu não posso ser eleito pelo Colégio Eleitoral para o Cargo de Reitor da UnB porque eu já não tenho o segundo pré-molar!!!



Processo de escolha esbarra no complexo labirinto das leis

Para que se entenda melhor a respeito desse "quebra cabeça" que tem sido o processo de sucessão do Reitor da UnB, é importante que se conheça a legislação que dispõe sobre a escolha de dirigentes das fundações de ensino superior. Esta legislação, apesar das várias alterações que sofreu nos últimos anos, estabelece, hoje, as mesmas regras dispostas no artigo 16 da Lei nº 5.540 de 1968.

Este artigo consta que "o Reitor e Vice-Reitor da universidade oficial serão nomeadas pelo respectivo governo e escolhidos de listas de nomes indicados pelo Conselho Universitário ou Colégio equivalente", e acrescenta que esta lista deverá ser constituída por seis nomes, além de que se, na administração universitária, houver órgão deliberativo para as atividades de ensino e pesquisa, e se este for constituído principalmente por membros escolhidos pelos departamentos, esta lista sextupla deverá ser organizada em uma reunião conjunta desse órgão com o Conselho universitário. Quanto ao mandato dos Reitores e Vice-Reitores, o parágrafo segundo desse artigo é bem explícito ao afirmar que esse deverá ser de quatro anos, ficando vedado o exercício de dois mandatos consecutivos.

Uma outra Lei, nº 6.420 de junho de 1977, detalhou, de certa forma, esta Lei de 1968, determinando que a nomeação de Reitor e Vice-Reitor da universidade oficial seria feita pelo chefe do Poder Executivo, "escolhidos em listas preparadas por um Colégio Eleitoral especial constituído da reunião do Conselho Universitário e dos Órgãos Colegiados máximos de ensino e pesquisa e de administração, ou equivalente"; e reafirma que o mandato dos dirigentes de ensino superior não deve ser superior a quatro anos e sem direito à recondução ao mesmo cargo.

"LEI-AZEVEDO"

O ex-Reitor Azevedo entrou na UnB em 1968 transferido do Instituto de Pesquisa da Marinha para exercer a função de professor do Departamento de Física, mas acabou como Vice-Reitor durante o mandato dos ex-Reitores Caio Benjamin Dias e posteriormente Amadeu Cury. Em 1976 Azevedo toma posse como Reitor para cumprir seu mandato até 1980. Porém, em 1979 entrou em vigor a Lei nº 6733 que levou o apelido de "Lei-Azevedo", pois permitia sua permanência neste cargo por tempo indeterminado, e não apenas por quatro anos como previa as Leis anteriores. Sancionada pelo então presidente João Figueiredo, esta Lei estabeleceu, também, a livre escolha e nomeação pelo Presidente da República dos dirigentes das fundações Instituídas ou mantidas pela União, "qualquer que seja sua natureza ou finalidade e sem prejuízo de sua autonomia administrativa e financeira"; o que, automaticamente, revogou as disposições contrárias das outras Leis e privilegiou Azevedo.

Em dezembro de 1983, no entanto, com Esther de Figueiredo Ferraz no Ministério da Educação e Cultura foi sancionada a Lei nº 7.177 que revogou o disposto no artigo 16 da Lei nº 5.540 de 1968; exigiu que os dirigentes de fundações de ensino superior, nomeados pelo Presidente da República pela Lei nº 6.733, promovessem no prazo mínimo de seis meses e no máximo oito meses (a partir do início da vigência desta Lei), a indicação da lista sextupla; e estabeleceu que esses dirigentes podem figurar na lista sem que isso implique em recondução ao cargo. Foi após essa última mudança na legislação que o atual processo de sucessão começou a ser encaminhado na universidade. (Nara Ferreira)

ADUnB decide por dois turnos e paridade

Na manhã de quarta-feira, 8 de maio, o professor Ubirajara da Silva, o Bira, como lhe chamam os alunos do Departamento de Comunicação, preparava-se para uma reunião com a diretoria da ADUnB, pela tarde. Bira estava certo de que esta reunião o iria aborrecer. Como membro da comissão do Departamento — juntamente com o prof. Geraldo Moraes, os estudantes Eumano Silva e o funcionário Rosalvo Bezerra — que estudou uma proposta de regimento eleitoral para as eleições diretas para reitor, Bira estava no centro das discussões sob a sucessão naquele momento. Sua proposta de regimento eleitoral diferia da proposta da ADUnB por um ponto, que se mostraria, no entanto, fundamental.

A Comunicação batia pé pela eleição em dois turnos. Explica Bira: dois turnos têm a vantagem de assegurar que a vontade da maioria seja respeitada. Em um turno nada impede que o candidato seja eleito com um apoio inconsistente, o que seria desastroso. No primeiro turno, a dispersão é quase fatal. Os eleitores não são homogêneos. Essa dispersão abre para que grupos de qualquer tendência se articulem em torno de um candidato e consigam uma votação em torno de 15%, que talvez já o habilitasse a participar da lista sextupla". A ADUnB defendia o turno único naquele momento, afirmando que a inscrição (o que se propunha era que cada candidato, para participar do pleito, conseguisse uma lista contendo 15% do eleitorado muito tempo ou, num outro argumento menos consistente, que a comunidade já estava devidamente esclarecida.



SUCESSÃO NA UnB

Para sua surpresa, no entanto, Bira não se aborreceu. O contrário do que pensava, a diretoria da ADUnB abriu mão de sua proposta, após um acordo que resultou num regimento misto dos dois primeiros, mas que preservava os dois turnos. Para conseguir o tempo que antes não havia, foi modificado o critério de inscrição: ela poderia ser feita pelo próprio ou por uma pessoa apenas, desde que o indicado concordasse em disputar o pleito.

Falta a "opção pela simplicidade", conforme o presidente da ADUnB, João Carlos Teatini, esta proposta mista não teve dificuldades em ser aprovada pela assembléia dos professores do dia 16 e agora deverá ser o regulamento que guiará a elaboração da lista sextupla.

MODAU PELAS MINORIAS

Além dessa proposta, uma outra surgia, proveniente daquilo que o professor Ubirajara chama de "nova aquisição da democracia na Universidade, o Movimento de Defesa da Autonomia Universitária (MODAU)". Apesar de inexpressiva dentro da comunidade, a proposta, como o pró-

prio Movimento, conseguiu criar algum incômodo. Um dos membros do MODAU, o professor José Carmine Dianese, da Fitopatologia simplifica a proposta: "um eleitor, um voto". O que se propõe, em suma, é que cada categoria eleja separadamente sua lista, sendo que cada eleitor votará em um nome apenas. As três listas resultantes seriam levadas ao Colégio Eleitoral, que comporia a lista final. Para Dianese, "o que faz a universidade é a divergência. Se todo mundo vota em seis nomes, é quase certo que o grupo mais organizado vai formar toda a lista. Se se vota em um candidato, o grupo mais organizado faz o primeiro da lista, o segundo grupo faz o segundo e assim por diante. Desta forma, às minorias também se contempla o direito de participar".

Para Teatini, "isso é absurdo. Esse argumento de que a minoria deve ter condições de se fazer representar, neste caso pelo menos, é inversão da democracia. Nós queremos que as forças progressivas da universidade ganhem o processo, mas não estamos fazendo leis para isso. E é isso que eles estão propondo fazer".

Apesar da sua profissão de fé pela divergência e pelo direito de expressão das minorias, o MODAU não permitiu que essa discussão chegasse ao professorado. Na assembléia escolhida como foro para isso, o grupo não compareceu. A proposta foi apresentada pelo professor Gabinski, mas em nenhum momento procurou-se associar o nome do professor e da sua proposta ao MODAU. Na hora da divergência, o MODAU esgueirou-se. (Rudolfo Lago)

Enquanto isso....

Respeito à comunidade

O Conselho Universitário decidiu, em reunião realizada na quarta-feira, 15 de maio, que a sua participação na composição da lista sextupla só se dará após ampla consulta à comunidade. Para isso, o conselho decidiu formar uma comissão, composta por um Decano, um Diretor de Unidade de Ensino, um representante das Congregações de Carreira, um representante dos estudantes, um representante dos ex-alunos e um representante dos órgãos Suplementares para encomendar suges-

tões sobre os nomes pelos quais a consulta se pautará.

A decisão pelo respeito à vontade da comunidade foi quase unânime, com apenas três votos contra entre os 18 presentes. Votaram contra: o Diretor do Instituto de Ciências Exatas, Henrique Tafouri Malvar o Diretor do Instituto de Ciências Biológicas, Cláudio Lúcio Costa e o representante da Congregação de Carreira do Instituto de Ciências Biológicas, Laércio Leonel Leite. (Rudolfo Lago)

Reitor não é candidato

Quando Campus perguntou se aceitaria ser candidato à própria sucessão, o Reitor em exercício, Luís Otávio do Carmo, reagiu, categórico: "Não sou candidato a nenhum cargo dentro da Universidade". O Reitor afirmou que está totalmente voltado, no momento, a não deixar que a máquina administrativa da UnB pare e tentar solucionar alguns graves problemas. O principal deles, segundo Luís Otávio, é o da perda salarial dos professores nos

últimos anos. O Reitor encaminhou ao MEC propostas para recompor os salários e teme pela qualidade de ensino caso estas não sejam aprovadas.

Luís Otávio afirmou que seu antecessor, de forma deliberada ou não, provocou um achatamento salarial maior do que o imposto pela lei, já que outras Fundações universitárias conseguiram penalizar menos seus docentes, sem sair das normas legais. (Fabrício Marques)

Na Economia, apoio a Dércio e Cristóvam

O Departamento de Economia já tem candidatos. Em nota dirigida aos professores, alunos e funcionários da UnB, assinada pelo chefe do departamento, a Economia se posicionou pelo apoio aos professores Cristóvam Buarque e Dércio Munhoz, como candidatos da comunidade que comporão a lista sextupla a ser encaminhada ao Presidente da República.

Essa decisão unânime acontece agora, tendo em vista o início do processo sucessório. Três pontos foram definidos: reiterada a indicação dos dois professores, por suas qualificações, decorrentes de suas atividades profissionais e de seus currículos acadêmicos, bem como o apoio recebido da comunidade universitária nas eleições de 1984.

O segundo ponto foi a irrestrita confiança em ambos os professores, que poderão pacificar a Universidade e conduzi-la nessa nova fase.

Por fim, sugerem aos demais professores, alunos e funcionários de toda Universidade que renovem o seu apoio aos professores Cristóvam Buarque e Dércio Munhoz. (Juarez Libalino)

Impasses no C



rança da administração anterior.

Nesta página, o Campus procura esclarecer os pontos em que há dúvidas com relação à formação do Colégio. Estes pontos, passíveis de interpretações diversas e diferentes entre si, têm sido responsáveis por toda a discussão nos escalões mais altos da universidade. O Campus traz agora essas divergências ao resto do eleitorado, que não tem o privilégio de votar a lista sêxtupla no Auditório da Reitoria. Estes eleitores, no entanto, também precisam ter em mente as dificuldades que cercam a escolha de seus nomes preferidos para reitores da UnB.

As leis e regulamentos que cercam o processo sucessório na Universidade de Brasília estão pautadas pela confusão e desconhecimento. A composição do Colégio Eleitoral apresenta uma série de nós, provocados pela existência de várias legislações diferentes e de um regimento propositadamente confuso, herança da administração anterior.

2

Votos dos estudantes não estão garantidos

De acordo com a Lei nº 6680/79, os estudantes universitários podem integrar o Colégio Eleitoral Especial incumbido de escolher a lista sêxtupla que indicará o futuro Reitor da UnB, na proporção de até um quinto do total dos membros.

A lei, entretanto, proíbe os diretórios de participação ou representação em entidades alheias à instituição de ensino superior a que estejam vinculados. E o caso, por exemplo, do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UnB que está ligado à União Nacional dos Estudantes (UNE), constituindo-se em um problema para a participação dos estudantes no referido Colégio.

O DCE, há cerca de dois anos, está sem Diretoria. Mesmo assim, os estudantes continuam com o direito de participar da escolha do futuro Reitor através do Conselho de Centros Acadêmicos (CMAs). "Na ausência do DCE quem representa os estudantes da UnB é o Conselho de C.As", diz Nelson de Castro, Presidente do C. A. Agronomia e Florestal.

A falta de uma Diretoria no DCE não traz nenhum empecilho à participação dos estudantes no Colégio Eleitoral. O seu estatuto diz que, em primeiro lugar, quem tem poder deliberativo é a Assembleia Geral. Em seguida, vem o Conselho de C.As e, por último, a Diretoria. Como esta última não existe, quem responde pelo movimento estudantil na Universidade é o Conselho de C.As. Tudo vai depender, no entanto, da consulta feita pelo Reitor em exercício Luiz Otávio, à Assessoria Jurídica da Reitoria sobre o assunto.

Em reunião com Luz Otávio, representantes de 14 C.As entregaram-lhe uma carta reafirmando o interesse dos estudantes de participarem com direito a voz e voto, do Colégio Eleitoral Especial, que deverá aprovar a lista sêxtupla eleita pela comunidade universitária. "Se tivéssemos um DCE com Diretoria tudo seria bem mais fácil", diz Nelson. No seu entender, como não existe Diretoria, só há uma saída: "As Diretorias dos C.As, eleitas diretamente pela comunidade universitária, devem encontrar uma fórmula que viabilize a participação dos estu-

COLÉGIO ELEITORAL

CONSELHO UNIVERSITÁRIO

CONSELHO DE ENSINO E PESQUISA

- Reitor
- Vice-Reitor
- Decano de Extensão
- Decano de Pesquisa e Pós-Graduação
- Decano de Ensino de Graduação
- 11 Representantes das Congregações (1) de carreira
- 2 Representantes dos Alunos (2)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- Reitor
- Vice-Reitor
- 9 Diretores de Faculdades e Institutos (3)
- Decano de Administração e Finanças
- Decano de Assuntos Comunitários
- Representante dos Órgãos Suplementares
- 2 Representantes dos Alunos

1

Em debate o Conselho de Ensino e Pesquisa

Atualmente, são onze os representantes das Congregações de Carreira (C.Cs) no Conselho de Ensino e Pesquisa (CEP), sendo nove procedentes das Faculdades e Institutos e dois das Congregações relativas ao primeiro ciclo — Humanas e Exatas.

Como a comunidade acadêmica vem questionando estes números, o reitor em exercício da UnB, Luiz Otávio, constituiu uma Comissão com o objetivo de elaborar um estudo para solucionar o problema. Esta Comissão, além de fazer algumas propostas, verificou que os Cursos de Pós-Graduação das Faculdades de Ciências da Saúde e de Tecnologia ainda não possuem Congregações de Carreira.

PROBLEMAS

De acordo com o relatório elaborado pela Comissão e encaminhado ao Conselho Universitário, o Estatuto da UnB é omissivo quanto aos critérios de representação das Congregações de Carreira do Conselho de Ensino e Pesquisa, não existindo nenhum amparo legal no que se refere à situação atual.

Já o Tribunal Federal de Recursos (TFR), em parecer emitido em 1979, entende que "o critério adotado na Universidade para a representação das Congregações de Carreira, no Conselho Universitário, não contraria a lei ou os estatutos que, se não é me-

lhor, cabe aos órgãos universitários corrigir as distorções porventura existentes".

PROPOSTAS

Foram feitas quatro propostas que foram encaminhadas, antes de apreciadas pelos colegiados Superiores, a todas as Unidades de Ensino, para serem debatidas pelas diversas Congregações de Carreira.

Na primeira proposta, o relatório sugere a criação das Congregações de Carreira dos Cursos de Pós-Graduação das Faculdades de Ciências da Saúde e de Tecnologia, o que daria um total de 23 representantes no Conselho de Ensino e Pesquisa.

A segunda proposta, recomenda a criação de duas Congregações de Carreira (uma de Graduação e outra de Pós-Graduação) para cada uma das Unidades, além das duas de Primeiro Ciclo e uma de Formação Pedagógica, totalizando 21 Congregações de Carreira no Conselho de Ensino e Pesquisa.

Já a terceira, propõe a criação de uma Congregação de Carreira para cada Curso da UnB, além daquelas já previstas para o primeiro ciclo e para a formação pedagógica, totalizando 65 Congregações de Carreira, tendo cada uma sua representação junto ao Conselho de Ensino e Pesquisa.

E, por último, a quarta proposta, que pretende a criação de uma Congregação de Carreira para cada Curso existente na UnB, abrindo-se a representação, nas Congregações de Carreira, para os Departamentos que ministrem disciplinas optativas para os diversos Cursos da UnB. E o que ocorre atualmente com as Congregações dos Cursos de Pós-Graduação. (Murilo Milhomem).

dantes na escolha do futuro Reitor".

Recentemente, foi convocada uma reunião do Conselho de C.As para discutir essa questão tendo, na ocasião, comparecido apenas 14 representantes. Sem quórum, nada pôde ser deliberado pois, para que isto ocorra, deve comparecer a metade mais um dos C.As existentes na UnB. Segundo Nelson, tal fato aconteceu porque a maioria dos C.As está renovando as suas Diretorias. Por outro lado, não nega que houve um desgaste muito grande do CDE durante os frequentes períodos de greves que ocorreram nos últimos anos na Universidade. Além disso, continua Nelson, "ultimamente, houve pouca renovação no movimento estudantil na UnB. São poucos os estudantes que possuem mais de dois anos de experiência e que se disponham a participar de um movimento geral que não seja apenas C.A". (Murilo Milhomem).

e Institutos permaneçam por algum tempo em seus cargos e participem da eleição da nova lista sêxtupla. Estes diretores, com raras exceções, foram nomeados por articulação do ex-reitor Azevedo.

Quando o ministro da Educação Marco Maciel negou apoio e forçou a renúncia do recém-empossado reitor Geraldo Avila, preferiu não agir da mesma forma em relação aos diretores de Faculdades e Institutos. O objetivo era não caracterizar uma intervenção na Universidade de Brasília. A atitude do MEC, porém, não significava a homologação destes diretores em seus cargos, tanto que o secretário da Educação Superior do Ministério, Gamaliel Herval, afirmou que seriam prontamente substituídos, na forma que a lei indicava, os diretores que colocassem seus cargos à disposição. Vale lembrar que Reitor, Vice-Reitor e Diretores de Faculdades e Institutos são cargos considerados de confiança do Governo, nomeados pelo Presidente da República, e pelo Ministro.

Com a renúncia formal de Geraldo Avila, o ministro Marco Maciel convocou o Vice-Reitor Luiz Otávio do Carmo para assumir a Reitoria da UnB por quatro meses, até que o reitor definitivo fosse escolhido. Luiz Otávio iniciou um processo de reformulação do Colégio Eleitoral que escolherá seu sucessor, substituindo os decanos por nomes mais afinados com a comunidade acadêmica e regularizando a participação dos representantes das Congregações de Carreira e dos alunos, entre outros. Os diretores de Faculdades e Institutos, con-

3

Na nova eleição, os mesmos Diretores

Em meio à reformulação por que passa o Colégio Eleitoral da UnB, a situação do Conselho de Administração chama a atenção. A perspectiva do momento é a de que os nove Diretores de Faculdades

Colégio Eleitoral

ORAL ESPECIAL

CONSELHO DIRETOR DA FUB(5)

OUTROS INTEGRANTES DO C. UNIVERSITÁRIO

- 2 Representantes da Comunidade (1 em-presário e 1 profis-sional) (4)
- Representante da Associação dos Ex-Alunos

- Reitor
- 5 Efetivos
- 2 Suplentes

OBSERVAÇÕES: Tanto o Reitor quanto o Vice-Reitor têm apenas um voto no Colégio Eleitoral. Caso os alunos e os membros da comunidade sejam efetivamente representados, o Colégio Eleitoral terá um total de 42 votos.

tudo, são substituíveis pelo Ministro, não pelo Reitor.

O Reitor em exercício afirmou esperar que os atuais diretores permaneçam em seus cargos para que o futuro Reitor possa participar da escolha dos novos diretores. Ainda assim, em caso de renúncia, o atual Reitor poderia escolher um substituto **pro tempore**, sem comprometer a articulação do futuro Reitor. Mas Luís Otávio se considera impossibilitado eticamente de pedir a renúncia destes diretores pois, assim como eles, foi nomeado pela Lei nº 6733 para semelhante cargo de comissão e sem mandato: o de Vice-Reitor. Entende o Reitor que, se os diretores não têm legitimidade para exercer seus mandatos, ele, Vice-Reitor nomeado em 1980, também deveria renunciar.

Estas razões de Luís Otávio são contestadas pelo presidente da ADUnB, Associação dos Docentes da UnB, João Carlos Teatini. O representante dos docentes afirma que, ao contrário dos diretores de Faculdades e Institutos, o Reitor em exercício foi convocado e confirmado no cargo pelo ministro Marco Maciel. Teatini entende ainda que o gesto mais correto que os atuais diretores deveriam tomar deveria ser a renúncia coletiva. Seria uma forma de deixar o governo à vontade para escolher nomes de sua confiança.

Em março, alguns diretores colocaram seus cargos à disposição do então Reitor Geraldo Ávila. Nem ele, nem seu substituto, no entanto, encaminharam estes pedidos ao Ministro. O diretor do IC, Instituto de Comunicação e Expressão, Moisés Jacob Man-

dell, foi um deles. O Diretor do Instituto de Ciências Exatas, Henrique Tafuri Malbar, também colocou o cargo à disposição, mas desistiu de sair depois de um apelo feito pelos seus colegas do Departamento de Matemática. Um abaixo assinado corre no IB, Instituto de Ciências Biológicas, exigindo a renúncia do seu Diretor. O caso mais concreto, porém, é o da Faculdade de Ciências da Saúde. O atual diretor, Odílio Luís da Silva, promoveu eleições gerais na Faculdade para a composição de uma lista sêxtupla, da qual sairá um novo diretor.

E se estas saídas se consolidarem? O caminho jurídico a ser tomado pela Reitoria é informar ao MEC sobre os cargos que estão à disposição. A assessoria jurídica do Ministério decidirá a forma de substituição temporária. A Lei nº 6420, revitalizada pela lei em vigor, a 7177, afirma que, em caso de vacância do cargo de diretor de Faculdade ou Instituto nos dois últimos anos de seu mandato, o Reitor da Universidade deve escolher um substituto **pro tempore**. Acontece que os atuais diretores não têm mandato, pois foram nomeados à época da Lei nº 6733, a famosa Lei Azevedo. Esta lei classifica os cargos de Reitor, Vice-Reitor e Diretor de Faculdade e Instituto de Comissionados e sem mandato. Como a 6733 é omissa em relação à forma de substituição, valeria o estatuto da UnB. Neste caso, o substituto seria o chefe de Departamento, congregado ao Instituto, de maior tempo de docência, ou seja, o mais antigo. Mas quem vai decidir é o MEC. (Fabrício Marques)

4 Membros da comunidade ainda são incógnita

O Conselho Universitário, órgão final deliberativo da universidade para traçar a política universitária e funcionar como instância de recursos, é constituído pelos membros do Conselho de Administração, membros do Conselho de Ensino e Pesquisa, dois representantes da Comunidade e um representante da Associação dos Ex-Alunos da UnB.

Os representantes da Comunidade, um da área empresarial e um da área profissional, são eleitos por um Conselho Diretor que atualmente está demissionário. Além do que, esses representantes, na realidade, nunca existiram, com exceção do representante da área empresarial, Edilson Cid Varela, que nunca participou de qualquer reunião de Conselho Universitário.

Quanto à Associação dos Ex-alunos, ela existe somente há seis meses, legalmente constituída e registrada, contando neste momento com 130 sócios.

Seu presidente, Fausto Alvim Jr., é também o representante da Associação perante o Conselho Universitário e é ele quem nos conta como conseguiu participar do Conselho. "O Azevedo não desejava nenhuma intervenção externa ao seu poder na política universitária, então eu, como indivíduo e como representante legal da Associação dos Ex-alunos, impetrei um mandado de segurança que foi deferido pela Justiça Federal com aviso prévio de três minutos ao então Reitor, Capitão Azevedo".

O que explica a inexistência, até hoje, dos representantes da comunidade, é o interesse que o ex-Reitor Azevedo sempre teve na não participação da comunidade em decisões da política universitária.

Para Fausto, a posição dos Ex-alunos é de que irão ao Conselho Universitário para votar no simples referendo à lista que tiver sido votada pela comunidade universitária. "É fundamental que o primeiro colocado da lista da comunidade seja o primeiro colocado da lista do Conselho".

Segundo ele, o Conselho Universitário é o órgão máximo deliberativo da UnB e, no entanto, há uma vertente da

comunidade universitária que olha o Conselho com graves desconfianças, pois até então, a UnB, nos seus atos formais, sempre pautou pelo desejo de um único indivíduo. "A UnB tem que se pautar por uma coloração política em qualquer diálogo: ela tem que ser um centro de pesquisa, crítica, dúvidas e de construção de um suporte para uma linha de pensamento ideológico". (Zella Freitas)

5 Conselho Diretor continua indefinido

A lista dos 10 nomes enviados ao Ministério da Educação na pessoa do Professor Gamaliel Herval, Secretário da SESU — Secretaria da Educação Superior; é o resultado de uma consulta feita pela ADUnB entre os professores da Universidade de Brasília e deverá ser encaminhada, juntamente com outras indicações, ao Presidente da República para que faça a escolha dos nomes que irão compor o novo Conselho. Esta afirmação foi feita ao Campus pelo Presidente da ADUnB, Professor Carlos Teatini, do Departamento de Engenharia Civil.

O Conselho Diretor da UnB está vago devido a demissão dos membros anteriores. A lista enviada pela ADUnB à SESU é composta de nomes de pessoas de notória participação na Universidade, compromisso com a democracia e destaque nas suas áreas de conhecimento e trabalho.

CRITÉRIO

Quando indagado a respeito do critério de escolha para a elaboração da lista, Teatini disse que cada Departamento indicou até 3 nomes, com o respectivo número de votos e foi então feita a apuração. Os 10 nomes mais votados foram os escolhidos para serem levados ao MEC. A esta consulta feita pela ADUnB, responderam 21 departamentos que congregam 508 professores, tendo sido escolhidos os seguintes nomes: Paulo Freire, Marilena Chauí, Armando Mendes, Fernando Correia Dias, Frederico Simões Barbosa, Hermes Zanetti, Pompeu de Souza, Raimundo Faoro, Ana Mae Barbosa e Aluísio Pimenta.

O Conselho Diretor é composto de 6 titulares e 2 suplentes, sendo que desses seis um é o reitor. Segundo Teatini, a

escolha deverá recair apenas em 7 nomes, 5 titulares e 2 suplentes. Tendo em vista que o Reitor que faz parte desse Conselho ainda será escolhido pelo Colégio Eleitoral Especial, deduz-se que o sexto nome será o do Reitor em exercício.

DIVERGÊNCIAS

Acerca das divergências legais, existe uma controvérsia sobre a participação do Conselho Diretor no Colégio Eleitoral. O Ministério da Educação deu parecer favorável a essa participação. O Professor Teatini, baseado em entendimento do advogado Galba Menegale, que vem assessorando juridicamente a ADUnB, declarou que o órgão máximo e administrativo da Universidade é o Conselho de Administração e não o Conselho Diretor. Por esse raciocínio, O Conselho Diretor não faria parte do Colégio Eleitoral.

Segundo o reitor em exercício, Luís Otávio, a controvérsia que se deu na última eleição (a lista sêxtupla de Geraldo Ávila) sobre esta participação não se dará na próxima, porque naquela época os mandatos dos membros do Conselho Diretor estavam vencidos, e os novos membros estarão em pleno direito dos seus mandatos. Disse ainda que esta participação é garantida por força de lei, e que ele aguarda a escolha dos novos membros, pois pretende agilizar o processo eleitoral.

DEMOCRATIZAÇÃO

O presidente da ADUnB declarou que, ao ser enviada a lista de nomes à Secretaria de Educação Superior, o professor Gamaliel Herval fez questão de frisar que a lista estava excelente e composta de nomes de maior respeitabilidade e competência para fazerem parte do Conselho Diretor, garantindo à Associação que daqueles nomes vários poderiam ser escolhidos. Disse ainda o professor Teatini que a única afirmação concreta que se tem é a do ministro Marco Maciel, quando disse que a Universidade de Brasília deve passar por um processo de democratização, e um Conselho Diretor representativo faz parte desse processo. E complementou Teatini: "Eu acho que tanto o Conselho Diretor estava em fase de reformulação como o próprio Conselho Universitário. Temos plena confiança de que o futuro Colégio Eleitoral não terá a menor hesitação em referendar, em acatar a lista sêxtupla a ser eleita pelos próprios segmentos da Comunidade Universitária, e que esse Colégio e os Conselhos separadamente terão um papel fundamental no futuro da UnB e na sua reconstrução". (Wilfrida M. Natall)

Educação pela arte: um projeto interrompido

Brasília, 25 anos. Qual pode ser a produção cultural de uma cidade tão jovem? A Professora Maria de Sousa Duarte, atual Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, é uma das pessoas mais capacitadas para responder sobre essa questão. O seu livro **A Educação pela Arte — O caso Brasília** é um dos poucos documentos que registram as atividades culturais na cidade, desde sua construção até 1983. Ele é fruto de várias pesquisas feitas pela Professora que, quando chegou a Brasília, em 1970, procurou, conhecer a cidade através de sua dinâmica cultural. "No final da década de 50, quando Brasília era construída, a educação brasileira vivia uma fase de grande questionamento. Aqui, esse questionamento foi voltado para a definição de uma política cultural e educacional. Dessa época, resultaram movimentos significativos como o Cinema Novo e o Teatro do Oprimido. Brasília traduz a perspectiva de um espaço novo, uma capital que representasse uma retomada. Procurava-se criar pontos de identidade cultural que definissem uma cultura brasileira em Brasília. Dois grandes projetos dominaram as preocupações nesse sentido: o primeiro, o sistema educacional de 1º e 2º graus de Aluizio Teixeira, que foi o primeiro secretário de Educação e Cultura do DF, com as chamadas Escolas Parques. De acordo com ele, a educação deveria ser formada também pelas bibliotecas públicas, centros criativos, que permitissem a formação de um homem novo, com uma forma de pensar mais crítica, mais responsável. O segundo projeto dizia respeito à UnB, que foi a primeira proposta concreta de reforma universitária do País. Ela deveria ser uma escola nacional, ocupada por alunos de todas as regiões brasileiras. O vestibular da UnB seria executado em todo o País e a convergência de estudantes dessas



Ulisses Lacava

"Em 64, as experiências foram interrompidas sem a preocupação de se avaliar se eram válidas ou não".

regiões, cada um trazendo sua experiência e tradição cultural, permitiria um intercâmbio e um trasejamento de toda a cultura brasileira. A UnB seria um centro de convivência verdadeiro do pensamento crítico".

No entanto, esses projetos não tiveram tempo bastante para serem consolidados. Hoje em dia, não se sabe mesmo se eles teriam atingido seus objetivos iniciais. A Professora Maria Duarte fala sobre os fatos que impediram a continuidade desses planos.

"Houve diversas formas de interferência. Em primeiro lugar, a cidade atraiu uma grande massa de migrantes e não era possível atender a todos. Foi preciso se fazer uma opção onde, naturalmente, venceu o ensino básico tradicional. Em segundo lu-

gar, faltavam recursos, pois as escolas classes e parque demandavam um grande número de professores e funcionários. Um outro impedimento foi o surgimento das cidades-satélites. E criada a diferenciação Plano Piloto para os privilegiados e as cidades-satélites para os pobres, e os recursos necessários para se levar as Escolas Parques para as cidades-satélites eram ainda mais escassos. Finalmente, houve a crise iniciada com a renúncia de Jânio Quadros e a demissão de Ferreira Gullar da Fundação Cultural. E, então, surge o grande problema, que foi a Revolução de 64, interromperam-se as experiências sem a preocupação de avaliar se eram válidas ou não. Os governantes se ativeram sobre as pessoas autoras dos pro-

jetos e não sobre eles mesmos. Existia uma visão extremamente paternalista da cultura. Acirrou-se a censura e, junto com ela, desenvolveu-se uma cultura oficial. No entanto, fugindo disso, houve experiências significativas, geralmente interrompidas. Hoje, pode-se notar um certo rendimento dessas experiências, principalmente para os jovens que conviveram com as Escolas Parques, o Cabeças, o Pré-Universitário, o SESC, etc. Hoje são cabeças pensantes.

Como essas tentativas não foram levadas adiante e não houve mais nada que as substituíssem, o projeto inicial, de integração da população migrante através de um desenvolvimento cultural conjunto, não alcançou resultados.

"Brasília era uma cidade que convidava à introspecção, muito vinculada, também, a falta de participação política. As pessoas não se sentiam comprometidas com a cidade. Isso gera certo círculo vicioso. Tais pessoas costumam dizer que em Brasília não se tem nada para fazer. Ao nível de Plano Piloto, os momentos de emoção, lazer e descontração passaram a ser realizados em outros lugares e, se não se podia sair da cidade todo o final de semana, isso passava a ser uma aspiração. Nesse aspecto, não se podia esperar muita coisa quanto ao interesse, quanto a produção local em termos culturais".

Vinte e cinco anos depois de ser construída, Brasília ainda não tem uma cultura solidificada, o que não significa que ela esteja improdutiva.

"Dizer que não existe cultura em Brasília é um negócio muito complicado. Há, é certo, movimentos brasilienses, como o Cabeças, que não poderiam acontecer em outro lugar. O que precisamos agora é de muita cabeça fria, competência, discussão de idéias e interesse. Assim as coisas podem mudar". (Cláudia Rangel e Rosane Carneiro)

Em Quatro é mais fácil publicar a poesia

*É térrea a angústia
De não achar céu
Onde espanar minhas asas
Estática Experiência
Essa a de ver você
Na velocidade do dia
É péssimo ser poeta
E não ser maneira
Qualquer de te engolir
(Não ter palavras
te definindo)*

(O Poeta e as Palavras)

Esse poema de Nevinho Alarcão é um dos 77 que compõem o livro de poesias "Em-Quatro" lançado no último dia 25, na Galeria "A" da Fundação Cultural de autoria de Bilau Pereira, Nevinho Alarcão, Rosane Reis e Willian Santiago, alunos e ex-alunos do Departamento de Comunicação da UnB.

A idéia de se fazer um livro partiu de Bilau e Nevinho, que já tinham alguma experiência na publicação de livros. Eles resolveram se unir em quatro para divulgar seus poemas de maneira mais "sólida" através de um livro.

"A poesia neste mundo de produção de massa tem dificuldade de encontrar lugar, o lugar da poesia é no peito do homem", diz Nevinho que antes, divulgava sua poesia através de cartazes e nos quadros-negros das salas da Comunicação, buscando um contato maior com as pessoas.

Esse pode ser um trabalho único já que os autores vão seguir, após o lançamento do livro, seus caminhos separadamente: Bilau e Nevinho partirão para a poesia, enquanto Rosane e Willian para os contos.

(Rosani Aparecida A Frutuoso).

Nicola El-Moor



Em cena, o Cometa Cenas — um número cada vez maior de participantes

Cometa Cenas: espaço aberto às 1001 encenações

Alto Astral. A magia do espetáculo no ar. Muito "valvêm" pelos corredores. Nos camarim, atores se maquiagem e tomam mel e coque para aquecer a garganta. Já no palco, os bailarinos aquecem o corpo. Burburinhos em geral: é dia de "Cometa Cenas" no Departamento de Desenho.

Com o propósito de chamar a atenção da comunidade universitária, principalmente da Reitoria, para o Curso de Artes Cênicas, o Cometa Cenas surgiu no 2º semestre de 1984, sob a coordenação dos professores João Antônio e Maura Balocchi.

Espaço aberto para manifestações artísticas envolvendo teatro, dança e música, o Cometa Cenas propõe experiências em cima de diversas linguagens cênicas, texto e oferece as condições mínimas para a realização dos trabalhos: espaço, produção e divulgação. Nada de muito suntuoso, é claro, pois o projeto surgiu a partir da necessidade das pessoas cometerem cenas que possam ser elaboradas num espaço curto de tempo.

A proposta inclui a multiplicação das formas de expressão. No Cometa Cenas IV, realizado nos

dias 9 e 10 de maio, houve uma mostra paralela de fotografias do evento anterior que ficou exposta na Ala Sul do Minhocão. Foi realizado também um trabalho de vídeo em cima das recentes apresentações. Além das produções de vídeo e da mostra fotográfica, o projeto conta com a participação dos alunos do Departamento de Desenho na confecção de cenários e cartazes. A contestação também esteve em cena, literalmente. Durante uma das apresentações, uma aluna do Desenho invadiu o espaço cênico promovendo um show à parte. Luzes para ela. Apesar da ira incontida do público presente, ela abriu um espaço para a polêmica. Cabe a discussão sobre a validade desse tipo de interferência.

O projeto cresceu bastante desde a sua criação. O Cometa agrega cada vez mais público e participantes do Departamento de Desenho e da comunidade artística. "Há uma certa resistência, por parte da comunidade universitária com relação à apresentação de trabalhos", comenta Henrique Rovira, produtor do Cometa Cenas, "mas como espectadores os universitários têm dado um apoio

fantástico". Essa expansão conquistou a atenção da Reitoria, que até então ignorava a realidade do Departamento. Em clima de grande vitória foram recebidos da Administração Central cortinas e um tablado no lugar do chão gelado da sala de apresentações. A Fundação Cultural fornece os cartazes, os programas, e empresta os refletores. A imprensa, especialmente o **CORREIO BRAZILIENSE**, procura fortalecer o projeto fazendo uma ampla divulgação das apresentações.

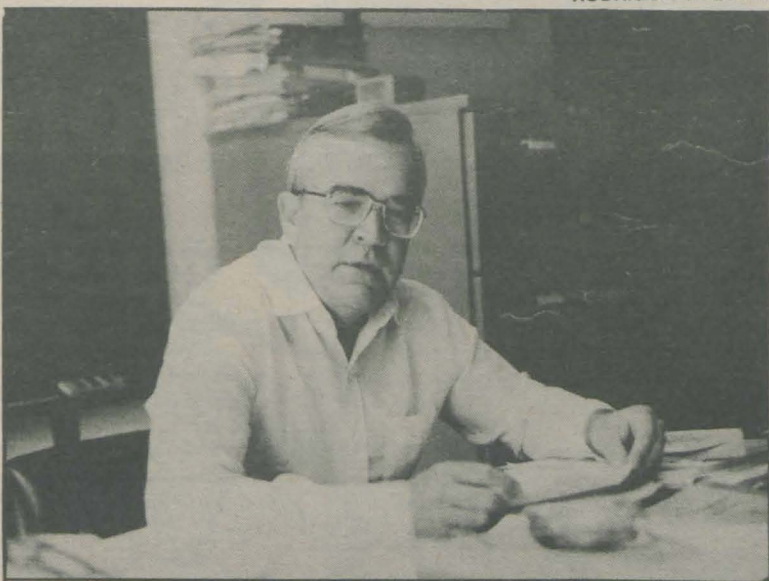
O apoio dado é entretanto irrisório diante da necessidade dos alunos de Artes Cênicas. O curso existe por insistência daqueles que acreditam no teatro e na dança como uma forma de atividade a nível superior, exigindo as mesmas atenções e recursos dispensados a outros cursos.

Os "Cometadores de Cenas" chamam a comunidade universitária e artística para embarcar nesse cometa que funciona não só como "despertador de reitorias", mas irradia a luz de um espaço alternativo nessa cidade tão "oficialíde". (Suzy Sobral e Mônica Ferreira)

Nova República, velha economia

RODRIGO MESQUITA

Reajustar o salário mínimo em níveis inferiores aos atuais, acabar com o controle de preços, não conceder a trimestralidade e deixar de alimentar a ilusão de que a inflação se deve exclusivamente às mordomias e ao excesso de gastos do governo. O que pode parecer, a princípio, a tônica do discurso econômico da República Velha, não é. A nossa reportagem foi ouvir estas e outras explicações do professor Dércio Munhoz, acerca dos rumos que vem tomando a política econômica da Nova República.



Para Dércio Munhoz, os números do Governo não passam de "matemática"

A República Velha sempre primou pela manipulação dos dados econômicos porque a verdade pouco interessava ao governo, por ser ele responsável pelos fracassos que queria encobrir. Na opinião do professor Dércio, o propalado déficit de 85 trilhões não existe. Para ele, o Executivo deve abrir o jogo e esclarecer a grande confusão conceitual escondida por trás dos números revelados. O professor cita como exemplo que, este ano, o governo terá de desembolsar 330 trilhões para girar a dívida

interna e a externa. Onde está a "matemática"? Enquanto o governo não esclarecer a procedência dos dados, apenas uma meia dúzia de pessoas saberá da realidade dos fatos, conclui ele.

CONGRESSO E INFLAÇÃO

Outro aspecto para o qual, ultimamente, vêm se voltando as atenções, é a participação do Congresso na elaboração da política econômica. Para Dércio Munhoz, o mais importante é

levar os temas para serem debatidos no Congresso, como uma forma de legitimizar e avaliar as decisões. Criar um clima junto a deputados e senadores para que determinados projetos sejam aprovados é o que não deve ser feito, pois trata-se de uma tentativa, pura e simples, de comprometer o poder Legislativo nas decisões econômicas.

E quanto a inflação? Lembrou Dércio que, nas economias de

mercado, enquanto existem setores que perdem com a inflação, existem, também, os que somam polpidos lucros em função dela. No caso brasileiro, vemos que, por exemplo, os bancos vêm tendo uma alta taxa de crescimento, ao passo que nós, os assalariados, vemos o nosso salário minguar já nas primeiras compras do mês. Se o processo se inverte, o poder de compra dos salários aumenta, para sorte nossa e azar dos banqueiros. Para que essa inversão ocorra, é preciso que o governo altere o diagnóstico das causas da inflação. "O governo deve ter o cuidado de não realizar uma operação cirúrgica com consequências graves sem, de fato, ter certeza de que o órgão a ser extirpado causa a doença. Caso contrário, o estado clínico do paciente se agravará", sentenciou Dércio. Para ele, as medidas tomadas pelo governo para diminuir a inflação, o déficit e aumentar a receita, na verdade, contribuem para aprofundar ainda mais a inflação e a recessão.

SALÁRIOS E FMI

No contexto internacional o FMI faz papel de xerife, sempre na defesa dos bancos credores. Para o professor Dércio, o Fundo não deve causar inveja: suas medidas são puramente ideológicas, sempre criando dificuldades extras aos países em desenvolvimento. Por isso é que o governo deve rever as metas acertadas com o FMI e ajustá-las

à realidade do País, sem sacrifícios inúteis.

O único ponto marcado pelo governo, por enquanto, foi o do reajuste do salário mínimo. Dércio defende uma lenta recuperação do poder aquisitivo dos salários, principalmente o mínimo. Grandes aumentos, como o proposto pelo DIEESE, são repassados de imediato aos preços, alimentando o processo inflacionário. O controle de preços deve ser usado em casos extremos, como para coibir lucros abusivos; nunca para obrigar uma empresa a vender com prejuízo. Quanto à trimestralidade, para o professor é uma ilusão e não uma solução, porém, quem tem poder de barganha impõe as regras do jogo. Se o trabalhador espera pagar menos impostos, que tire o cavalo da chuva. Se depender do governo a tendência é arrochar, e não afrouxar, como esperam os mais otimistas.

De uma maneira geral, as medidas tomadas pelo novo governo ainda são arbitrárias, tomadas dentro de quatro paredes e por uma meia dúzia de pessoas que têm as mãos diagnósticos falsos. Para o professor Dércio Munhoz, o momento econômico é marcado pelo "efeito promoção", destinado ao consumo popular e caracterizado pelo combate aos gastos e às mordomias dentro do governo. "Se um ministro não é obrigado a vir a público contar a verdade, deve, pelo menos, trabalhar baseado nela", finalizou. (Carlos André)

Dornelles mostra ao País o tamanho da sua pobreza

Imagine um país com um déficit de caixa previsto para o ano de Cr\$ 85,8 trilhões, uma inflação oficialmente estimada em 200% e uma dívida externa de US\$ 103 bilhões, dos quais US\$ 11 bilhões deveriam ser pagos ainda este ano. Os dados são do Ministério da Fazenda, o país existe e estamos todos nele.

A situação econômica herdada do antigo regime é tão preocupante que o Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, decidiu dividir a responsabilidade das decisões com o Congresso, numa inédita prestação de contas realizada no último dia 8. Ele apresentou os resultados do levantamento da disponibilidade de recursos no âmbito da Fazenda, conforme foi solicitado pelo Presidente Sarney em seu discurso do dia 17 de maio, logo após a posse. O levantamento confirmou o que já era esperado: não há recursos.

Foram pesquisados basicamente os dois orçamentos da União, o orçamento fiscal (cujos recursos provêm da arrecadação tributária, os impostos) e o monetário (alimentado pela emissão de moeda). Para o exercício de 1985, o orçamento fiscal terá disponível uma receita global de aproximadamente Cr\$ 121 trilhões, para uma despesa atualizada de Cr\$ 125,9 trilhões, gerando um déficit, portanto, de Cr\$ 4,9 trilhões. Estas despesas correspondem aos vários encargos da administração direta e indireta, como os repasses aos Estados e Municípios, às estatais e às autoridades monetárias (Banco Central e Banco do Brasil), além da folha de pagamento de todo funcionalismo público. Somente a despesa com pessoal e encargos sociais cresceu, após o

levantamento, dos Cr\$ 11,8 trilhões inicialmente previstos para mais de Cr\$ 38 trilhões, devido ao escamoteamento das informações adotado pela área econômica do governo Figueiredo para "deixar a casa limpa".

Já o orçamento monetário é o responsável pela maior parte do déficit, pelo simples fato que nele foram jogados todos os dispêndios públicos sem cobertura no orçamento fiscal. Na realidade o chamado orçamento monetário é uma "ficção contábil" segundo o Ministro da Fazenda - criado para preencher com emissão de moeda os "estouros" do orçamento real, o que é altamente inflacionário.

Aos Cr\$ 4,9 trilhões do déficit fiscal, somam-se Cr\$ 4,5 trilhões do déficit da Previdência, Cr\$ 20 trilhões do déficit das empresas estatais, Cr\$ 8 trilhões para os Estados e Municípios, Cr\$ 5 trilhões para subsídios, Cr\$ 39 trilhões de juros da dívida pública interna e outros encargos, totalizando, juntamente com outros compromissos administrativos, um déficit total de Cr\$ 84,9 trilhões. O desembolso que o Governo terá que fazer por conta da recuperação dos bancos Sulbrasil e Habita Sul, recentemente aprovado pelo Congresso, acrescenta mais Cr\$ 900 bilhões a este número, elevando-o para Cr\$ 85,8 trilhões.

Para um velho problema, Dornelles não propôs nenhuma nova solução em seu pronunciamento perante o Congresso. O Governo vai trabalhar com quatro alternativas: redução de despesas, aumento da dívida pública, aumento de receita e emissão de moeda. O Ministro está jogando tudo no

corte dos gastos públicos como forma de controlar o déficit, porque as demais alternativas trazem mais inconvenientes que vantagens, segundo ele. O aumento da dívida pública, através do financiamento do déficit via colocação de ORTNs - Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, e LTNs - Letras do Tesouro Nacional no mercado financeiro, provocaria um aumento da taxa de juros, o que inibe os investimentos e consequentemente a geração de empregos, a emissão de moeda (expansão da base monetária) gera inflação; e o aumento de receita atinge a todos os contribuintes, porque se dá através do aumento da carga tributária (impostos). Nenhuma das alternativas está descartada. Ao contrário, Dornelles acredita que somente com a aplicação simultânea das quatro medidas o quadro poderá ser invertido.

Os números crescem a cada dia, no final do mês chega a missão do FMI para tratar da outra metade da laranja, a dívida externa, e a aplicação de qualquer política econômica por parte de Francisco Dornelles vai esbarrar nas resistências políticas ao seu nome, que certas alas do PMDB associam à tecnocracia, ao monetarismo e ao continuísmo (Dornelles era o Secretário da Receita Federal do antigo Governo. Nas entrevistas coletivas, inclusive, ele evita falar sobre política tributária, um assunto polêmico, dizendo que agora foi "promovido a Ministro" e não tem mais nada a ver com a receita).

Não importa por onde; esta laranja, que parece cada vez mais com abacaxi, vai ser difícil, muito difícil de descascar. (Ulysses Lacava e Mário César Rosa)

Congresso: se muito vale o já feito, mais vale o que será

A prestação de contas do Ministro da Fazenda é uma prova de que os tempos mudaram? O que mudou, realmente, no Congresso Nacional, sob a regência da Nova República?

Em qualquer Estado onde se endureça o Regime, é sempre o Poder Legislativo o maior prejudicado, por sua função histórica de fiscalizar, de não permitir o abuso do poder, por parte do Executivo. No Brasil, a regra seguiu o seu curso. O Congresso Nacional foi esmagado pelo Poder Militar, perdeu prerrogativas, os seus membros foram apimidos pela constante ameaça de cassação, os Ato Institucional vingaram e o AI-5 constituiu-se no Quarto Poder da República, acima da própria Constituição. E o Congresso Nacional acuado, medroso, passou de Poder Independente a coadjuvante de uma crise sem precedentes na história do Brasil e que trouxe como mais grave consequência psicológica o total desgaste da imagem da classe política brasileira, ainda não recuperado com a Nova República.

A última votação do Congresso sobre o caso do Sulbrasil ilustra muito bem a tese de que uma ditadura não é construída de um único núcleo centralizador que, derrubado, elimina o princípio autoritário, mas de inúmeras miniditaduras que só numa ação conjunta de toda a sociedade, e não a curto prazo, poderão ser definitivamente afastadas. Indignado com a condução do processo de votação do Projeto Sulbrasil, certo parlamentar nordestino afirmou ter esse processo demonstrado, primeiro a ditadura do Centro-Sul sobre as demais re-

giões brasileiras e segundo, e ainda mais grave, a ditadura do voto de Lideranças, que elimina, através de acordos no mínimo suspeitos, as vozes de mais de 500 representantes do povo.

Outro ponto a necessitar de urgente correção são as famosas "Sessões-fantasma", tão comuns no dia-a-dia do Congresso Nacional e que são motivo de piada, principalmente entre os funcionários do Congresso Nacional. É comum um parlamentar, durante a sessão extraordinária da noite, pedir o encerramento da sessão por "absoluta falta de quorum". As vezes, três sessões extras são abertas e fechadas, sucessivamente, em menos de dois minutos e tais sessões são pagas a preço de ouro, tanto aos Congressistas quanto aos funcionários.

Há dois meses de vigência da Nova República, sente-se que o Congresso Nacional voltou a ser o centro das atenções do País. Ministros, como recentemente Dornelles, são chamados ao debate, projetos de reformulação do Regimento Interno, com o intuito de devolver as prerrogativas do Congresso, são apresentados, Comissões Interpartidárias são instaladas, mas, apesar de toda essa aparente movimentação, os vícios da ditadura persistem no espírito de alguns políticos. As mudanças ainda não ultrapassaram os limites da retórica, o voto de Lideranças continua em vigor, os políticos só param em Brasília na quarta e quinta-feira e as "sessões-fantasma" continuam a assombrar e a desacreditar os novos ventos que dizem soprar sobre o País.

Cinema de Cuba: arte lutando pela Revolução

O horror do Vietnã, da guerra da independência de Angola ou da guerrilha de El Salvador podem ser visto em qualquer cinema de Cuba com riqueza de detalhes e uma proximidade nunca imaginada, como se a tela onde se projetam as imagens fosse o próprio campo de batalha. E quase isso. Numa autêntica demonstração de identidade da vida com a arte, os cineastas cubanos partem com os soldados para o "front", com um fuzil no ombro, "uma câmera na mão e uma ideia na cabeça".

A experiência cinematográfica em Cuba, surge e se desenrola com a revolução. O cinema cubano, através de suas imagens, retrata para o presente as experiências e batalhas revolucionárias do passado combativo e heróico de seu povo. Ele mostra a verdadeira história do país, que é deformada pelos meios de comunicação de massa do imperialismo e de seus colaboradores. O cinema cubano se converteu num instrumento conscientizador da necessária tarefa de revalorizar, reafirmar e desenvolver a fisionomia e identidade nacional. Tudo é permitido, desde que não se coloque em discussão a continuidade socialista.

O professor e cineasta Geraldo Rocha, que em 1983 participou do Festival Internacional do Novo Cinema Latino-Americano, em Havana, disse que com o filme *A Dificil Viagem* não se discute a possibilidade de volta ao regime anterior, mas que nessa linha de pensamento, o cinema cubano tem como ponto de partida o documentário.

O documentário é considerado um dos instrumentos mais importantes para a formação e educação do povo. A educação é um fato que gera preocupação nacional e o governo utiliza-se do documentário para demonstrar à população novas técnicas empregadas na agricultura, mostrando o avanço tecnológico da colheita, na saúde, os novos tipos de saneamento, alertando para os cuidados que deve ter com relação às doenças.

Os documentários de caráter históricos e patrióticos, muitas vezes, são sugeridos ao governo pelo próprio cineasta. Há também uma liberdade na escolha de temas para os filmes de ficção,

comédias, sátiras, em que, muitas vezes, o objeto do filme é o próprio regime socialista com seus líderes. O humor e a sátira são bem recebidos pelo público e pela crítica de cinema, e também pelo próprio governo, desde que não coloque em questão a ideologia socialista. Os filmes que exploram o erotismo e se utilizam da pornografia para obter uma melhor comercialização e um público especial, não têm passe livre em Cuba. Um exemplo bem claro, segundo o cineasta Geraldo Rocha, foi a repercussão constatada durante a exibição do filme: *"Parayba Mulher Macho"*,

em que as cenas vividas por Claudio Marzo e Tânia Alves foram criticadas por serem consideradas desnecessárias, já que o filme tinha conteúdo e era de excelente qualidade. Ao contrário de *Parayba Mulher Macho*, *Inocência*, outro filme brasileiro, exibido no Festival, fez o público chorar de emoção. O filme conta a história de uma jovem adolescente, papel vivido pela atriz Fernanda Tórres, que se apaixona por um médico e vive a sua primeira história de amor. A sutileza e a beleza das cenas eróticas mostradas em alguns momentos do filme emocionou o público e a crítica.

Geraldo Rocha diz que existe um repúdio às cenas que exploram o sexo explícito, decorrente do moralismo socialista. Também fala do excesso de erotismo como sendo uma ameaça à instituição do regime socialista cubano. O cinema em Cuba é apoiado pelo Instituto de Arte e Indústria Cinematográfica (ICAIC). Criado por Santiago Alvares em 1959, logo após a revolução, o ICAIC veio para apoiar e desenvolver a indústria cinematográfica, visando principalmente o despertar da consciência popular para os problemas sociais. *OS Tempos Modernos*, filme de Charles Chaplin, foi o primeiro contato que os camponeses tiveram com o cinema. Para que esse público pudesse ver Chaplin, os cineastas viajaram pelo interior do país com o chamado cinema móvel, tipo mambembe, levando cultura para aquelas pessoas que trabalham no campo e que nunca tiveram contato com o cinema. A reação do público camponês foi filmada e daí surgiu um docu-

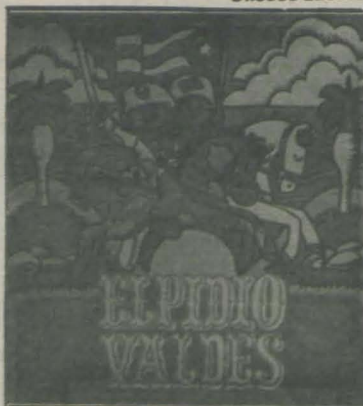


mentário chamado *A Primeira Vez*.

O desenho animado também tem o seu espaço. Sua aparição se deu em 1960 com dois curtas-metragens de quatro minutos cada: *El Mana* e *La Prensa Seria*, ambos de Jesús de Armas. *El Mana* faz a apologia do trabalho, como se quisesse dizer que a Revolução não cairia do céu. Muito pelo contrário, ela sairia daqui da terra mesmo, depois de muito trabalho e luta.

Dentro da vasta produção cinematográfica de animação, Elpidio Valdes, talvez seja o personagem que mais encarne o espírito cubano. Criado em 1974 por Juan

Ulisses Lacava



Elpidio Valdes: imagem de Cuba

Quando se fala de Cuba, uma das primeiras imagens que nos ocorre é a vasta barba de Fidel Castro. Surge a ideia da exportação da revolução que os governos militares sempre procuraram ressaltar, como se os cubanos não tivessem também suas preocupações com a vida cotidiana e sofressem os problemas comuns dos países latino-americanos. Na verdade, Cuba ainda luta com o subdesenvolvimento. O cinema daquele país, entretanto, realizou uma grande proeza: salu da "idade da pedra" em que se encontrava nos tempos de Fulgêncio Batista para se colocar entre os mais importantes de toda a América Latina, ao lado do Brasil e da Argentina.

Tudo pode ser feito dentro do socialismo

Como ocorre com a própria história de Cuba, existe um divisor de águas que delimita o desenvolvimento de seu cinema: A Revolução Socialista. Os acontecimentos que antecedem o ano de 1959 somente são preservados pela memória nacional como parâmetros capazes de estabelecer uma associação entre o *modus vivendi* socialista e a decadência capitalista ocidental. O novo regime abriu mão de sua herança cinematográfica e, ao acender das luzes, a platéia cubana assistiu a um verdadeiro renascimento de seu cinema. A importação indiscriminada de filmes - principalmente os de origem norte-americana - foi substituída pelo exercício da prática, com o surgimento de uma nova geração de cineastas e profissionais formados dentro da disponibilidade de recursos oferecidos pela Revolução e, também, apolados na nova realidade cubana. Apesar da compreensível influência ideológica que predominou no período pós-revolucionário, a produção cinematográfica conseguiu projeção nas telas internacionais e vários filmes obtiveram repercussão no exterior. E o caso de *Histórias de La Revolución*, premiado na Austrália e na Itália, ou *Momórias del subdesarrollo*, com larga premiação internacional, inclusive nos Estados Unidos.

O barateamento dos ingressos, a multiplicação das salas de exibição e a implantação de um cinema "mambembe", em que o ICAIC sai à procura de sua platéia, proporcionou ao povo cubano condições para que o cinema fosse incorporado como um hábito cultural. Entretanto, ainda não se pode dizer que o cinema cubano tenha se libertado da ideologia revolucionária, ingressando numa fase de arte pela arte, mas sim sedimenta a máxima de seu regime: "Fora da Revolução nada, dentro da Revolução tudo". (Flávio Silveira)

Coronel Delmiro Gouveia, *Cabra Marcado Para Morrer* e *Inocência* são alguns dos filmes brasileiros que já foram premiados no Festival Internacional do Novo Cinema Latino-Americano, em Havana. Muitos outros tiveram destaque naquele evento que, certamente, está se transformando em um dos mais importantes pontos de encontro dos cineastas da América Latina. O festival se realiza anualmente, em dezembro e, para lá se deslocam diretores, produtores e exibidores de cinema da Argentina, do Peru, da Venezuela, do México, da Colômbia, do Brasil, ou mesmo do Haiti, cuja produção

Latino-americanos juntos em Havana

cinematográfica é das mais insignificantes.

Já em 1979, quando se iniciou o festival, havia 665 participantes, dos quais, 366 eram de outros países. Naquele ano foram exibidos 60 longa-metragens de ficção e 200 documentários, além de desenhos animados.

Gabriel Garcia Márquez, Prêmio Nobel de Literatura em 1982, presidiu o júri para a categoria

de ficção, enquanto Santiago Alvares, que é dito como o pai do documentário cubano, foi presidente da comissão julgadora nesta categoria, que também engloba desenhos animados. O evento ainda contou com a presença de críticos e estudiosos de vários países, destacando-se o pesquisador belga Armand Matellart, que pronunciou uma conferência sobre o sentido vertical da comuni-

cação de massas.

Para representar o Brasil, lá estavam Geraldo Sarno, diretor de *O Coronel Delmiro Gouveia* e Cosme Alves Neto, diretor da cinemateca do MAM, Rio de Janeiro. O Festival Internacional do Novo Cinema Latino-Americano abre perspectivas para o cinema brasileiro uma vez que, a cada ano, mais e mais cineastas se deslocam para a ilha de Cuba, tentando penetrar neste imenso mercado. Ainda mais quando se constata que o nosso cinema, ao lado do cinema cubano, está colocado entre os mais desenvolvidos da América Latina, do ponto de vista técnico. (Adalberto Passos)

Prestigiar as pesquisas e os pesquisadores da própria UnB foi a política adotada este semestre pela *Editora de Ciência do Campus*. Na edição de número 71, foi feito um painel sobre as expectativas dos pesquisadores em relação ao Ministério da Ciência e Tecnologia, então recém-criado. No número seguinte, o 72, publicamos duas reportagens que tinham o Departamento de Biologia como fonte: uma sobre pesquisas com pássaros e outra sobre a necessidade de ser criado um Museu de História Natural.

As dificuldades de se conseguir verbas para a instalação desse Museu foi a tônica da reportagem. O professor Roberto Cavalcanti, coordenador dos trabalhos, foi então consultado pela Administração Central da UnB para que o projeto de criação do Museu fosse concretizado.

Nós, da *Editoria de Ciência*, nos orgulhamos desse fato e continuaremos a divulgar os trabalhos dos nossos cientistas, com o intuito de informar à comunidade e, por que não, ajudar aos pesquisadores em suas nem sempre valorizadas e reconhecidas atividades. (A EDITORIA)



Ao contrário do que muita gente pensa, os morcegos não se alimentam apenas de sangue

Morcego x flor, exótica relação

Quem diria? os morcegos, apesar do lado macabro explorado pelas ficções representados por Boris Skarloff, servil do Conde Drácula, sugador de sangue, rato com asa, morador de catacumba, etc... podem se considerar, do ponto de vista científico, como de grande importância na dinâmica da natureza. E chega a ser até certo ponto romântico e surpreendente quando tomamos conhecimento de que muitos deles se alimentam de nectar de flores.

Existem várias espécies de morcegos: alguns são hematófagos e se alimentam de sangue de mamíferos e aves. Outros se alimentam exclusivamente de insetos. Muitos deles, no entanto, utilizam-se de partes vegetais, especialmente frutos e nectar em

seu regime alimentar. E a respeito dessas últimas espécies que o estudante do Mestrado de Ecologia, Rogério Gribel, desenvolve uma pesquisa que resultará em sua dissertação de mestrado.

Na verdade, a tese de Rogério é sobre a sexualidade do piçumeiro, quer dizer, o *Caryocar brasiliense*, uma árvore típica dos cerrados cujos frutos são muito apreciados na culinária para dar maior sabor ao arroz e na fabricação de licores e óleos. Por serem as plantas formas de vida imóveis, elas necessitam que agentes externos móveis (ventos ou animais) transportem seus gametas sexuais para que possam se reproduzir, no processo conhecido por polinização.

Nesta pesquisa se observou que as flores do piçum além de abrirem-se somente durante a noite apresentam uma série de características que nada mais são que adaptações a polinização por morcegos. A visita dos morcegos é surpreendentemente delicada e breve, pairando perante a flor somente algumas frações de segundos. Durante estas visitas é que ocorre a polinização que permitirá a formação de frutos e sementes.

Justamente por causa do curtíssimo espaço de tempo que ocorre a visita o registro fotográfico deste momento tornou-se um desafio ao pesquisador. Foi preciso muito reflexo para disparar o

aparelho fotográfico no momento da chegada do animal na flor. E também muita paciência, pois afinal foi preciso esperá-lo por muito tempo.

Mas pelo que parece a sorte ajudou muito a proeza fotográfica do pesquisador Rogério Gribel com a colaboração do seu companheiro, engenheiro florestal, Jaime França. Eles conseguiram o que parecia impossível: fotografar um casal de morcegos visitando a flor do piçum.

A prova é definitiva. O morcego, apesar de todo o contexto macabro em que foi envolvido, é cientificamente aceito pelos estudiosos como um animal polinizador tão importante para a natureza

como beija-flores, borboletas e abelhas.

O homem preconceituosamente continua estereotipando os animais, objetos, lugares e até mesmo o próprio homem. Mas acima dos preconceitos do homem, várias espécies de morcegos continuam e continuarão visitando flores de muitas plantas em busca do nectar para sua alimentação. E neste comportamento contribuirá para que muitas espécies de árvores permaneçam produzindo frutos e sementes e a se perpetuem.

Os benefícios mútuos da interação entre os morcegos e plantas são um aspecto peculiar da evolução da vida. (Ivam Brscan e Carmem Montenegro).

Fazenda Água Limpa: uma exceção no ensino da UnB

O ensino na Universidade de Brasília está em crise. A maioria dos Departamentos reclamam da falta de equipamentos, verbas, professores, enfim, de uma infraestrutura básica. No entanto, há exceções que, se não chegam a ser ideais, atendem relativamente bem aos interesses dos professores e alunos. Uma dessas exceções é a *Fazenda Água Limpa*, administrada pelo Departamento de Engenharia Agrônômica, com a participação de vários outros Departamentos, entre eles os de Biologia, Engenharia Florestal, Química e Engenharia Mecânica.

A Fazenda compreende uma área de aproximadamente 4179 hectares, distante 30 quilômetros do Plano Piloto, na saída para Belo Horizonte. Nela são desenvolvidas práticas de agricultura, ciências florestais, ecologia, limnologia (estudo de fenômenos físicos e biológicos relacionados a lagos), botânica, pecuária, zoologia, entomologia (estudo de insetos) e conservação do ambiente. Cerca de 20% da área são utilizados para plantio e criações diversas. Vinte e cinco por cento da Fazenda têm como função a prática de ensinamentos florestais, e o res-

tante de sua área está destinado à ecologia e à preservação e manutenção da flora e da fauna silvestres.

Ao todo, mais de quinhentos alunos e professores trabalham na Fazenda, em regime de estágio ou de aula convencional. Ao contrário do que se possa imaginar, a Fazenda Água Limpa não é apenas um campo de experimentos. Ela possui uma grande infraestrutura, que inclui laboratórios, salas de aula e um refeitório. Como qualquer atividade prática desenvolvida na Universidade, a Fazenda é de suma importância para a formação dos alunos. Segundo Rita de Cássia Medeiros, aluna do Departamento de Biologia, "a Fazenda proporciona uma maior integração entre alunos e professores e representa uma oportunidade de sair do sistema tradicional de ensino, para desenvolver trabalhos realmente consistentes que, por isso mesmo, formam melhor o profissional".

O Chefe do Departamento de Agronomia, Professor Ildebrando Flor, defende a manutenção dessa área experimental, já que ela "é um laboratório voltado para as práticas que não podem ser

realizadas em recintos fechados". Para ele, "o ensino das Ciências Rurais não pode abrir mão daquilo que especialmente as iniciativas particulares e governamentais não incentivam, que é a pesquisa voltada para o aprendizado".

E, ao que parece, a Administração Central da UnB tem consciência plena desse fato, pois ela vem realmente desenvolvendo esforços no sentido de que haja a continuidade dos trabalhos e projetos da Fazenda. Segundo o Professor Ildebrando, "até hoje não houve nenhuma negativa de verbas, sendo a Fazenda o maior empreendimento universitário". O único problema enfrentado é a impossibilidade de desenvolver todas as áreas de pesquisa, ao mesmo tempo, de maneira satisfatória. Isso porque, continua o professor, "numa Fazenda voltada para o ensino, os custos são altos, e não há o retorno financeiro correspondente ao investimento. Todavia, temos um enorme lucro, sob o ponto de vista didático".

(Carlos Augusto de Amorim Dutra, Joyce Russi e Afonso Cozzolino.)

Minhocão Norte está preparado para prever abalos em toda Terra

O Brasil está situado em uma área distante das zonas de grande atividade sísmológica, por ser uma região geologicamente antiga e estável. Assim, são de pouca intensidade os abalos sísmicos ocorridos aqui. Para registrá-los, existe na UnB uma sofisticada Estação Sísmológica, criada em 1968 e subordinada ao Departamento de Geociências.

No entanto, a área de atuação da Estação não tem fronteiras, ou seja, qualquer abalo sísmico ocorrido no Planeta pode ser e é registrado por uma sensível aparelhagem instalada no subsolo do Minhocão Norte. A Estação é chefiada pelos professores José Alberto Vivas Veloso e Marcelo Assumpção e composta por um engenheiro eletrônico, um analista e, através de convênios, por um analista de sísmogramas, um auxiliar técnico e sete alunos bolsistas.

Além do trabalho rotineiro de coleta e análise de dados sísmi-

cos, a Estação desenvolve pesquisas nas áreas de sismicidade induzida (abalos produzidos por construção de barragens e hidrelétricas), sismotectônica do Brasil (estudos visando a regionalização e risco sísmico no território brasileiro), e, finalmente, a estrutura da crosta terrestre (investigação no Brasil, utilizando explosões artificiais).

A Estação Sísmológica é auto-suficiente, já que se mantém com recursos oriundos da prestação de serviços a diversas empresas nacionais (Cemig, Furnas, Itaipu), Universidades (Califórnia, EUA) e países (Inglaterra). Segundo o professor Vivas Veloso, a Estação "dispensa o apoio financeiro da UnB. Contudo, é necessário que o quadro de técnicos seja ampliado, porque o potencial pessoal". (Joyce Russi, Carlos Augusto de Amorim Dutra, Afonso Cozzolino e Rejane Pretti). da estação é extraordinário, mas pouco desenvolvido, por falta de

Fotos de Eugênio Savio.



Dor e desespero em Minas



Dar um primeiro passo rumo à integração dos jornais-laboratórios através de uma "edição nacional" sobre a morte do presidente Tancredo Neves. Os jornais-laboratórios das escolas de comunicação de Minas, Brasília e São Paulo editariam um mesmo número extra usando as fotos e os textos produzidos em cada redação. Este era o nosso sonho. Mais um que a dura realidade dos cursos de jornalismo do país fez, por enquanto, desvanecer. Apesar disto, a experiência deu pelo menos um fruto positivo. Os companheiros da UFMG - pais da idéia — enviaram aos leitores do Campus este impressionante registro da dor e do desespero dos mineiros diante da morte do Dr. Tancredo.

